

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A FAZENDA  
PAU D'ALHO.  
(História, Restauração e Projeto de  
Aproveitamento) (\*) .

---

*LUIS SAIA*

do 4 ° Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico  
e Artístico Nacional (IPHAN) .

Cento e cinquenta anos se passaram entre a visita que o Príncipe Regente fez, em agosto de 1822, à sede da Fazenda Pau D'Alho e a apropriação amigável desta sede cafeeira pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a fim de que este monumento, restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), venha sediar o Museu Nacional do Café. Neste mesmo ano de 1822, em 24 de abril, a fazenda recebeu a um visitante ilustre: Saint-Hilaire, que informou existirem aí grandes plantações de café e uma casa de sobrado, a única em todo esse percurso (1).

Estas duas indicações eram desconhecidas do 4 ° Distrito do IPHAN quando foi feita, em 1942, a 1ª documentação deste imóvel, pelo fotógrafo Germano Graeser. O trabalho de Graeser, 25 fotos, foi tão completo e tão bem feito que dispensou outros dados, de história e de informação gráfica, para o reconhecimento do seu valor documental e arquitetônico, suficientes para apontá-lo como o pedaço a ser tombado e local bom para abrigar o Museu Nacional do Café, como figuração representativa e marca da primeira fase de uma grande aventura cafeeira, que empolgou o País por mais de cem anos. Foram necessários, entretanto, trinta anos de gestões, de esforços pertinentes e de

---

(\*) . — Trabalho apresentado para o número Jubileu da Revista (n.º 100), infelizmente entregue quando o mesmo já se encontrava no prelo. Este artigo deve ter sido o último escrito por Luis Saia, pois logo em seguida faleceu nesta Capital. (*Nota da Redação*).

(1) . — Saint-Hilaire, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Brasileira, vol. V. Editora Nacional. São Paulo, 1932. pg. 210.

interesse permanente, de 1942 a 1972, para que o tombamento, a apropriação e o início de obras de restauração, trouxesse o problema para o plano prático e mesmo que está agora colocado, com o trabalho em fase final e com o projeto de aproveitamento já definido.

Entre as iniciativas destinadas à divulgação e à consolidação do valor representativo da Fazenda Pau D'Alho, vale apontar a sua inclusão como um capítulo de um pequeno livro, *Notas sobre a Evolução da Morada Paulista* (2), e a exposição de sua maquete na mostra do 4º Centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Tais iniciativas foram parte de uma estratégia silenciosa, porém eficaz, do 4º Distrito do IPHAN.

É verdade que os resultados já obtidos, com a apropriação do imóvel pelo Poder Público e sua recuperação, não exauriram a série de medidas indispensáveis para levar a bom termo a ideia de um Museu Nacional do Café na Fazenda Pau D'Alho, com base num convênio entre o IBC e o IPHAN. Restou alcançar a colaboração de outros órgãos do Poder Público e mesmo de organismos internacionais. De fato, a o setor de Turismo deve caber a instrumentação do empreendimento do ponto de vista da sua rentabilidade recreativa, para o que se afigura necessário aprestar a envoltória do monumento com agenciamentos adequados, de proteção da paisagem e de uso recreativo. Ao Poder Público Municipal caberá uma participação justa e interessante, se mais qual o Museu se converterá numa unidade estranha à vida local. A UNESCO já está de certa forma comprometida: no fornecimento de equipamento eletrônico saíram utilizados na seção de microfilme e de uma bolsa para a especialista nacional para a recolher o documentário do café nos principais centros produtores estrangeiros. A Universidade de São Paulo (USP), que mantém com o 4º Distrito, através do Setor de Documentação do Departamento de História, um ajuste para os trabalhos de pesquisa histórica, caberá capitalizar a iniciativa do ponto de vista cultural e universitário. Há pretensão de que este Museu se converta realmente num centro de estudos sobre o café e sua economia, suas características sociais, sua compleição política, seu estilo nacional e suas consequências urbanísticas. A o órgão estadual de proteção do Patrimônio — CONDEPHAAT —, que colabora no momento mandando realizar o levantamento arquitetônico de cerca de quinhentas antigas fazendas de café, com o também de inúmeros exemplares de arquitetura urbana desse período, certamente caberá uma parte relevante dos trabalhos a serem ainda executados. A esse já numeroso grupo de levantamentos é indispensável junta o igual documentário das regiões do sul de Minas e do Estado do Rio

---

(2). — Saiá (Luis), *Notas sobre a evolução da morada paulista*. Editora Acrópole. São Paulo. 1957.

de Janeiro, para o que se considera imprescindível a colaboração dos Governos regionais. É certo que em um trabalho com o esse, de levantamento, vai apresentar alguma s falhas; mas a massa de documentação pode sempre ter seu nível aprimorado e os senões, uma vez localizados, serão facilmente cobertos.

Alem dessa colheita, há uma outra a fazer, por ventura igualmente importante. É a busca, nos cartórios, nos arquivos e coleções particulares, de informações, inventários, testamentos, manuscritos, cadernos de contas, etc., assim como documentários oficiais das cidades formadas a partir da economia do café.

A pesquisa para identificação das fazendas inventariadas já foi iniciada, pelo CONDEPHAAT. De Bananal somente, na área do Governo Municipal, de 1833 a 1900, existem mais de quarenta mil documentos a serem microfilmados. O trabalho de microfilmagem deverá, aliás, ser permanente, e o Museu deverá ser enriquecido continuamente com toda sorte de documentos referentes ao café, ou a esse produto vinculados de alguma forma. E não se trata apenas de documentos regionais; embora esses apontem uma prioridade incontornável, não deve haver limites: onde quer que surja um documento de interesse para o nosso café, ele deve ser microfilmado e trazido para o Museu. É preciso superar a ideia de Museu velharia e partir para o Museu Centro de Estudo. Acredita-se que uma vez montado o Museu Nacional do Café, e aberto à visita pública, os visitantes se constituirão em fonte preciosa de informações preliminares, que deve sempre ser checada pelos pesquisadores.

Alem dessa parte, há necessidade de colaboração de outros órgãos do Poder Público, no que diz respeito à implantação paisagística do monumento, e ao povoamento do edifício com peças da época. Os inventários trazem descrições minuciosas das alfaias existentes na Fazenda Pau D'Alho e nas demais fazendas da região. Seria ingenuidade acreditar que as primitivas peças da Fazenda Pau D'Alho possa voltar à sua posição de origem. Muito será obter uma parte delas. O retrato que o Imperador Pedro I enviou de presente a João Ferreira de Souza já está protegido e apropriado. Os retratos dos primitivos donos já estão localizados. Mas não é impossível obter, por compra ou por empréstimo, peças equivalentes da mesma época e feitas, portanto, do mesmo valor documental. Alguma dessas peças já está localizada e acredita-se que será possível obtê-las, inicialmente e por empréstimo, e depois por compra, quando se se isso se fizer aconselhável.

A sede da Fazenda Pau D'Alho tem cerca de 2.460 m<sup>2</sup> de área construída. Sua restauração já conta com a boa vontade e espírito

de colaboração da CESP, do DER e DAEE. As cinquenta mil telhas utilizadas no telhado da construção da sede da Fazenda Pau D'Alho foram obtidas de antigos edifícios desapropriados pelo DAEE em Natividade da Serra. De outra forma seria realmente difícil reunir tão grande número de telhas, aproveitando mil aqui, quinhentas ali, outras tantas em diferentes cidades e lugares. O DER está colaborando no fornecimento de utilidades necessárias e difíceis de se obter por simples aquisição. A CESP proporcionou uma extensão de rede de energia elétrica até a Fazenda, e uma ligação indispensável para o maquinário de carpintaria instalado no canteiro de obras. Na hora oportuna, ter-se-á certamente a colaboração dos Serviços Florestais da União e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A coisa é realmente difícil, como se vê, mas não é, absolutamente, impossível. Tudo leva a acreditar que este Museu possa ser inaugurado, pelo menos em termos preliminares, no dia 24 de agosto próximo, aniversário da passagem, por ali, do Príncipe Regente.

\*

\* \*

A Fazenda Pau D'Alho está localizada na região do Nordeste do Estado de São Paulo, no vale do Rio Paraíba, Município de São José do Barreiro, em frente à cidade de Rezende, no antigo "caminho novo da Piedade". A história da ocupação desta parte do Estado de São Paulo, em fins do século XVIII, e começo do século XIX, dos caminhos que nela se abriram e da gente que ali foi morar, está intimamente ligada à história da "fazenda de café". Um aparte da fôlha contada no livro de Paulo Pereira Reis, *O Caminho Novo da Piedade, no nordeste da capitania de São Paulo* (3).

As preliminares dessa ocupação surgiram com o "caminho novo", aberto por Rodrigues Garcia Paes, no fim do século XVII. Até então o tráfego de São Paulo-Rio se fazia por terra até Guaratinguetá, por um caminho que a ís e partia em dois: um rumava para a garganta do Embaú, na direção das Minas nos sertões de Cataguases, o outro tomava a direção do mar, procurando Parati, de onde se atingia o Rio de Janeiro por mar. O remanejamento desse quadro viário depende de dois caminhos, ambos chamados novos. O primeiro, aberto a partir do século XVII, por iniciativa de Rodrigues Garcia Paes, filho de Fernão Dias Paes e seu herdeiro dos direitos e vantagens que lhe va-

---

(3). — Pereira dos Reis (Paulo), *O caminho novo da Piedade, no Nordeste da Capitania de São Paulo*. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo. 1971.

leram suas atividades na descoberta (4). Tais direitos e vantagens foram prejudicados e obstaculados pelos paulistas, o que fez com que Rodrigues Garcia Paes, irritado, fosse procurar o Governador Artur de Sá e Meneses do Rio de Janeiro, para que este lhe permitisse abrir um caminho direto para as Minas, o que lhe foi concedido, prevenindo-se o pagamento desse empreendimento com a concessão de sesmarias e direitos de passagem. Este "caminho novo", só transitável depois de 1705, e acabou afinal em 1724 (5), foi a primeira pedra para a transferência da Capitania da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, e também a primeira pedra para a liquidação, no decorrer do século XVIII, da capitania de São Paulo (6), posto que e desviou o tráfego das minas da garganta do Embaú, na sua passagem obrigatória por São Paulo. Por essa garganta continuou, entretanto, a haver tráfego, tanto para São Paulo, como para Parati; aquele porque reuniu as áreas estratégicas da Capitania São Paulo-Minas, cujos governadores, de 1710 a 1720, se empossavam em São Paulo e governavam em Minas; este, porque o caminho de Parati era mais praticável, por ser mais povoado (7).

As descobertas paulistas no Oeste, e em Goiás e Mato Grosso, recolocaram o problema da ligação entre São Paulo e o Rio de Janeiro por terra, posto que o seu corsário infestava o marinho na parte da Colônia (8). Lourenço de Almeida Governador, para evitar o caminho por São Paulo, intentou abrir uma estrada direta Pitangui-Cuiabá (9), enquanto Rodrigo César de Menezes lhe opunha a solução de um outro "caminho novo" a partir de Piedade (Lorena) at é

---

(4). — Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Bibliotecaria Histórica Paulista, vol. 1, tom 1. São Paulo. 1953. pg. 295.

Carvalho Franco (Francisco de Assis), *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. São Paulo. 1954. pg. 209.

(5). — Taunay (Affonso de E.), *História do Café no Brasil*. Vol. II, Tomo II. Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro. 1939. pg. 235.

(6). — A transferência da capitania da Colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, decorreu do deslocamento do eixo econômico da região do açúcar para o porto que capitalizava a exploração do ouro. E o escoamento da produção mineira pelo Rio de Janeiro se deveu ao Caminho Novo de Garcia Paes. Também a ele se deveu o remanejamento administrativo que desembocou no corte territorial da Capitania de São Paulo, reduzida então ao atual território de São Paulo e Paraná.

(7). — Trindade (Jaelson Bitran), *No caminho do Paraitinga*, in "São Luis do Paraitinga". Condephaat. São Paulo. 1975.

(8). — Taunay (Affonso de E.), *História das Bandeiras Paulistas*. Editora Melhoramentos. Tomo II, São Paulo, pg. 46.

*Documentos Interessantes*. Vol. XX. pg. 153.

(9). — Pereira dos Reis (Paulo), *Op. cit.*, pg. 45.

a Fazenda da Sant a Cruz , do s Jesuítas , n o Ri o d e Janeiro ( 10 ) . Qua -  
renta ano s s e arrasto u o problem a dest e últi m o camin ho , qu e devi a  
ser aberto , d e acord o com o plan o exarado num a cart a de 29-08-1725  
às câmara s da s vila s d e Taubaté , Pindamonhangaba , Guaratinguet á e  
Piedade: ao s moradore s desta s vila s caberi a abri r o s sucessivo s tre -  
chos, ficand o aind a um a part e so b a responsabilid e d e Domingo s  
Antunes Fialh o e seu s parceiro s ( 11 ) . A s vila s d o litora l trabalh a -  
ram contr a est e projeto , qu e prejudicav a o se u comérci o ( 12 ) . O  
medo do s pirata s e o roub o d o our o quintad o qu e fo i substituid o por  
chumbo ( 13 ) , resultara m n a provisã o d e 30-12-1729 ( 14 ) , qu e mand o  
abri r est e camin ho prevend o o prêmi o d e sesmaria s a que m co -  
laborasse n o empreendim ent o ( 15 ) .

Em 1765 , quand o fo i restaurad a a Capitani a d e Sã o Paulo , es -  
tava abert a um a picada , pel o meno s n a part e d e Sã o Paulo , at é a  
barra do Piraí , qu e er a entã o aqu i a divis a Sã o Paulo-Ri o d e Janeiro  
( 16 ) . O Governad o r d a recém-restaurad a Capitania , o Morgad o d e  
Matheus, mando u qu e s e fundass e um a vil a e m se u trajeto , medid a  
essa qu e pretendi a prove r o s trabalho s d e conservaçã o ( 17 ) . At é  
1776 a diretri z dess e "camin ho nov o d a Trindade " acompanhav a o  
rio Paraíba e essa povoaçã o fo i Santan a do s Toco s ( 18 ) , localizad a  
em pont o agor a submers o n o reservatóri o d o Funil . Ta l diretri z er a  
de interess e d e u m ta l Padr e Carvalho , vigári o d e Camp o Alegre  
( atual Rezende ) ( 19 ) , ma s o difíci l dess e traçado , qu e atravessav a  
os afluent e s d o Paraíba e m sua s barra s alagadiça s e perigosas , s e  
tornou log o evident e ( 20 ) . Apesa r da s artimanha s d o Padre , o Go -  
vernador Marti m Saldanh a ordeno u su a transferênci a par a u m tra -  
çado qu e alcançass e esse s afluent e s n a altur a d e sua s cabeceira s ( 21 ) .  
Briga vai , brig a vem , a diretri z nov a fo i afinal acolhid a, e o "camin ho  
nov o d a Piedade " — qu e assi m s e chamo u — s e desenvolve u po r  
Cachoeira , Silveiras , Areias , Barreiro , Banana l e Barr a Mansa , d e  
acordo com u m desenh o geral qu e fo i depoi s acolhid o pel a antig a ro -

- 
- ( 10 ). — *Idem, ibidem* . pg . 47 .  
( 11 ). — D . A . E . S . P . Officio s das Câmaras . Ord . 232 . Doc . 6-3-36 .  
( 12 ). — Pereir a do s Reis , *Op. cit.*, pg . 49 .  
*Documentos Interessantes* . Vol . L . pg . 83-4 , pg . 84 .  
( 13 ). — Pereir a do s Reis , *Op. cit.*, pg . 51-2 .  
*Documentos Interessantes* . Vol . L . pgs . 107- 9 e 117-8-9 .  
( 14 ). — Pereir a do s Reis , *Op. cit.*, pgs . 155-6-7 .  
*Documentos Interessantes* . Vol . L . pgs . 126-7 .  
( 15 ). — Pereir a do s Reis , *Op. cit.*, p g 57 .  
( 16 ). — Taunay (Affonso d e E .) , *História d o Café n o Brasil* . Vol . II ,  
tomo II . Ri o d e Janeiro , 1939 , pgs . 264-5 .  
( 17 ). — Pereir a do s Reis , *Op. cit.*, pg . 67 .  
( 18 ). — *Idem. Ibidem* , pgs . 85-6-7 .  
( 19 ). — *Idem. Ibidem* , pg . 8 5 e segs .  
( 20 ). — *Idem. Ibidem* , pgs . 9 3 e segs . e pg . 105 .  
( 21 ). — *Idem. Ibidem* , pg . 106 .

dovia São o Paulo-Ri o d e Janeiro . Ess e trech o d a Sã o Paulo-Ri o d e Janeiro fo i substituid o co m a construçã o d e nov a rodovia , no s ano s 50, permanecend o o primitiv o traçad o com o variant e ligeirament e melhorada, a serviç o daquela s cidade s e do s produtore s de leite .

Aberto ess e caminh o aind a n o sécul o XVIII , tratou-s e d e po - voa-lo cedend o sesmaria s ao s qu e nel e havia m trabalhad o e , princi - palment e, ao s que , munido s de our o e escravos , pudesse m s e instala r nas sua s margen s e garanti r su a conservaço ão , nu m percurs o d e

"19 legua s e meya e 70 braças " (22) .

Tais sucesso s pusera m à disposiçã o do s colonizadore s cerc a d e 4.000 quilômetro s quadrado s d e terra s revestida s d e mata s e próxi - mas d o mar . A qualidad e dessa s terras , salmourão , a s condiçõe s d e clima e d a geografia , d e economia , sociologia , e política , s e organiza - ram d e tal mod o qu e s e crio u a í um a soluçã o-tip o be m definid a par a a produçã o d e café . Especialment e par a a fazend a d e monocultur a de café , isto é , par a a s fazenda s especificament e montada s e organi - zadas co m objetiv o d e produzi r café e m grand e volume . D e fato , e m que pes e algun s produto s d e subsistênci a sere m nela s providos , se u programa e su a montage m estava m voltado s par a a produçã o d e café .

A fim d e organiza r o s dado s capaze s d e demonstra r que fo i real - mente ness a regiã o qu e nasce u a fazend a d e caf é com o unidad e d e monocultura, val e arrola r alguma s indicaçõe s , se m a pretensã o , con - tudo, d e u m inventári o exaustivo , post o qu e muit a cois a aind a rest a a pesquisar . O interess e d e u m a tentativ a dest e tipo , d e coloca r algu - mas informaçõe s e m posiçã o nu m quadr o demonstrativo , é unicament e o d e u m a hipótes e d e trabalho . Hipótes e qu e dev e se r controlada , revista, analisada , completada e at é reformulada .

Para tant o fo i dad a enfas e à s fonte s primárias , informaçõe s d e viajantes, e , apena s com o element o auxiliãr , fora m consultado s estu - dos j á elaborados . A s principai s fonte s d e consult a fora m papei s ofi - ciais, publicado s o u não , inventári o s e testamentos , auto s cíveis , pa - peis d e Prefeitura s e Câmara s Municipais , Tombament o d e 1817 , ar - quivos paroquai s d e 1851-5 2 e o Recenseament o d e Ordenança . Alguns trabalho s fora m consultados , com o a *História d o Café n o Brasil*, de Afonso Taunay, *Grandeza e Decadência do Café*, de Stanley Stein, *Vassouras*, d o Arquetet o Silva Telles, e alguma s referênci a s históricas sobre sucesso s correlatos, aind a restari a considerar, nu m estu - do mai s completo , a s inúmera s monografia s sobr e o café , publicada s no sécul o passado . Dentr e elas , val e destacar : Fre i Mariano d a C .

---

(22). — *Idem. Ibidem*, pg . 118 .

Velloso — *O fazendeiro do Brasil. 1798*, especialmente o capítulo 8º, que trata da s "bebidas alimentosas".

- Barros (Domingos Borges de), *Memória sobre o café, in O Patriota*. Maio de 1813.
- Recopilação do custo, Despezas e Rendimento de Hum Estabelecimento de Cultura do cafeeiro. Ri o de Janeiro . 1836 .
- Ferreira (J. Joaquim), *Pequena Memória sobre plantação, cultura e colheita do café*. Ri o de Janeiro . 1835 .
- Taunay (C. A.), *Manual do Agricultor Brasileiro*. Ri o de Janeiro . 1839 .
- Leite Brandão (José Eduardo), *Disertação sobre o cafeeiro*. Ri o de Janeiro . 1842 .
- Alexandre Joaquim de Siqueira, *Memória Histórica do Município de Vassouras*. Ri o de Janeiro . 1852 .
- Freire Alemão, *Quais as principais plantas...* "Revista do I. H. G. B." . Volum e XI X — 1856 .
- Luis da Silva Alves d'Azambuja Susano, *Plantação do café no Rio de Janeiro*. Ri o de Janeiro . 1857 .
- Machina Brasileira... para descascar e Preparar Café*. Ri o de Janeiro. 1859 .
- Monografia do cafeeiro e do café*. Ri o de Janeiro . 1860 .
- Nicolau Joaqui m de Moreira, *Breves considerações sobre ...* Ri o de Janeiro. 1873 .
- Machina Brasileira... para descascar e Preparar Café*. Ri o de Janeiro. 1876 .
- F. Peixoto Lacerda Werneck, *Memoria sobre a fundação e custo de uma fazenda na Provincia do Rio de Janeiro*. Ri o de Janeiro — 1878 .
- A Machina de Seccar Café*. Taunay-Telles . Ri o de Janeiro . 1881 .
- Dr. João Azevedo Carneiro Maia, *Noticias historicas e estatísticas do Município de Rezende, desde a sua fundação*. Ri o de Janeiro . 1891 .

Dentre as publicações estrangeiras vale indicar :

*The coffee planter of Saint Domingos*, de P. J. Laborie, traduzido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e incluído no *O Fazendeiro do Brasil*, de frei Maria da Conceição Velloso.

Monereau, *Tratado sobre a cultura do café*.

Samuel Vaughan, *Observações pertencentes à cultura do café na ilha de São Domingos*.

John Ellis, *The History of coffee*, de 1774 .

Nicolau F. J. Eloy, *Examen de la question médico-politique sur l'usage habitue l du café*.



É claro que um trabalho mais completo não dispensará a consulta como se tentou fazer no presente trabalho, dos documentos cartoriais e demais fontes primárias, com o que fizera em Silva Tellez e Stanley Stein para Vassouras, bem como o documentário jornalístico (notícias, arquivos e anúncios) e, muito especialmente, os manuscritos inéditos que — espera-se — estejam guardados pelos descendentes de antigos fazendeiros. Um dos principais propósitos do Museu Nacional do Café será, de acordo com o plano de aproveitamento da Fazenda Pau D'Alho, a reunião de todos os documentários do café, que para isso deve ser microfilmado, estejam os documentos onde estiver, seja ele de qualquer forma. Manancial maior de informações é o levantamento arquitetônico das antigas fazendas, iniciativa acolhida e financiada pelo CONDEPHAAT, e que já alcança a substancial cifra de meio milheiro. A estas quinzentas fazendas devem ser acrescentadas, num futuro que se espera próximo, outras tantas, do Sul de Minas e Rio de Janeiro. Umavez reunido esse material, os "furos" dessa documentação o podem ser facilmente detectados e devidamente cobertos. Além desses, foram também consultados levantamentos de antigas fazendas, já reunidos pelo IPHAN por via de trabalho de pesquisas realizadas e em função da obra de restauração da Fazenda Pau D'Alho e levadas a cabo pelo 4º Distrito.

O período de direto interesse vai do último ano do século XVIII a 1835, posto que foi nesse tempo que surgiu o estabelecimento agrícola chamado "fazenda de café". A área de interesse é, por motivos óbvios, a área do "caminho novo da Piedade".

Em 1800 a área estava dividida, na sistemática do "Recenseamento de Ordenança" (23) e em oito companhias, a saber:

- 1ª Cia. — Vila Piedade de Lorena, bairro do Atreado de Cima, Mato Dentro e Ribeirão.
  - 2ª Cia. — Bocaina e Geruvaparim.
  - 3ª Cia. — Barrado Embaú, Barrado Rio Morto, Vila Queimada e Queluz.
  - 4ª Cia. — Areias, Vargem e Santana.
  - 5ª Cia. — Cachoeira.
  - 6ª Cia. — Bananal, Santo Antônio, Rancho e Piraí (a divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro era então Piraí).
  - 7ª Cia. — Portão de Meira, Campinho, Registro Velho, Passa Vinte, Embaú Acima.
  - 8ª Cia. — Areias, Mundéu, Itagaçaba e Estiva.
- Em 1799, na área das 4ª e 6ª Cias., a população era de

---

(23). — DAESP, População/Lorena cx. 98, ord. 98, Pastado de 1801.

1.394 branco s e 66 8 escravos , e a produçã o d e caf é fo i d e 3 9 arrobas, 3 0 e m Areia s c 9 e m Bananal . N a 1ª Cia . , 3ª Esquadra , fogo 74 , estav a Joã o Ferreir a Guimarães , portugûês , d e 5 7 anos , casado co m Isabel d e Souza , d e 4 1 ano s e mai s 6 filhos , d e 1 6 a 4 anos . Joã o Ferreir a d e Souza , nascid o e m 1772 , primogênit o d e João Ferreir a Guimarães , entã o co m 2 0 anos , j á nã o morav a co m o pai ; estari a e m Rezend e (24) .

Esse Joã o Ferreir a Guimarãe s obtiver a sesmari a e m 179 6 (re - pertório d e sesmarias ) — juntad o entã o a outr a obtida , po r compra , em 1792 . N a primeir a iri a fica r a Fazend a Pa u D'Alho ; n a segunda , a mai s antiga , a fazend a Barreir o (25 ) (25a ) Joã o Ferreir a Guima -

---

(24). — *Idem. Ibidem*, an o 1799 , Mapa s da s Produçõe s e do s Habitan - tes, e censo (4a . e 6a. Cias.).

DAESP, Cap . Mo r d e Lorena , cx . 89 , ord . 335 , doc . 89-2-15 .

(25). — DAESP, *Repertório d e Sesmarias Concedidas pelos Capitães Gerais d a Capitania d e São Paulo desde 172 1 até 1821* . Tipografi a Globo . São Paulo, 1944 , vol. VI , pg. 229 .

INVENTÁRIOS, Cartóri o d o 1 ° Ofício/Quelu z — Maç o n ° 1 , Isabe l Maria d e Souza , an o d e 181 9 (Apêndic e n ° 1) .

(25a). — "Translad o d e escritur a d e vend a d e Hu m citi o e terra s n a paragem chamad a o Barreiro , qu e faze m Antoni o d a Silv a d e Siqueir a e be m assim su a mulhe r Mari a Morer a e Joa m Ferreir a Guimaraen s morado r n o ter - mo d a vill a d e Loren a — fls . 83-84 .

Hum citi o e terra s n a Estrad a d o Caminh o nov o n a paragem chamad a o Ribeiram d o Barreiro , term o dit o d a vill a d e Lorena : cuj o citi o const a d e hua s cazas d e vivend a co m tre s lanso s cuberta s d e Telha s e pared e d e ma m co m sei s portas, e tre s janellas ; e assi m mai s hu m lans o d e cas a cubert a d e telha , qu e serve d e cozinha ; e assi m mai s doi s Lanso s d e caz a ta m be m cubert a d e Telha , que serv e d e Payol : co m hu m Monjolo , e arvored o s d e Espinhos , e assi m mai s quatro lanso s d e Caz a cubert a d e telhas , qu e serv e d e Ranx o d e passageiros : e tudo s e hax a cituad o e m hu a sort e d e terras , qu e te m d e Testad a nov e centa s Brassas medida s pel a Estrada ; o u o qu e s e acha r emtr e o marc o qu e divid e a s terras d o Guard a mo r Pedr o d a Cunha , co m cujo s parte m a s dita s Terras ; e com me a Lego a d e Sert a m par a cad a lad o d a Estrad a servind o a mesm a d e Piam ; cuja s terra s dissera m elle s vendedore s qu e a s ouvera m po r lhe s have r dada e m nom e d e Su a Magestad e o Capita m Mo r Regend o distrit o Manue l d a Silva Reis , d e qu e lhe s passo u hu a sédulla , o u consesam , e m virtud e d a qua l elles dito s vendedore s a s te m Logrado , possuído , e cultivad o co m poss e pessoal , e atual , h a bastante s annos , se m contradissa m d e peso a algu a cuj o citio , e ter - ras asim a declarados , dissera m elle s outorgante s vendedores , qu e vendiam , com o com effeit o vendid o s tinha m d e hoj e par a tod o o semp e a Joam Ferreir a Gui - maraens, po r press o e quanti a d e quatr o cento s e sincoent a mil rei s e m dinheiro , moeda corrent e dest e Reino , qu e confessara m elle s vendedore s have m recibid o do qu e do u fé / Escritur a feit a ao s quatr o dia s d o me s d e setembr o d e 1792 . Lançada n o livr o d e Nota s d o Tabeliã o d o publico , judiciale - notas , Salvado r Correa Leme , a fls . 15 2 verso / Dad a n a Freguesi a d e Sant a An a da s Areia s Termo d e Lorena .

rões morreu antes de 1808 e em 1819, sua viúva (26). A Fazenda Pau D'Alho foi aberta por João o Feireira de Souza e a Fazenda Barreiro, então já montada, ficou com a sua irmã Anacleta, casada com Fortunato Pereira Leite.

Em 1801, somente na 4.<sup>a</sup> Cia. se produziu o café. O mapa gera de produção desta Cia. assinala 20 dúzias de galinhas, 50 arrobas de açúcar e 6 arrobas de café (27).

No fogão 27 morava em João o Ferreira Guimarães, alferes das ordenanças de Minas, natural de Guimarães, com 61 anos, e Isabel Maria, natural de Minas, capelã de Carambeú, bispadão de Mariana (28), e mais 6 filhos. Nesta altura, também se viu o filho José, que estivera com ele em 1799 com 15 anos, já saído de casa, assim como os escravos Pedro, Rosa, Paulo, Joaquim e Maria, que

"se mudará o p. a hua fazenda q. comprou no distrito da V. de Rezende." (29).

Nesta mesma Cia., no bairro de Santana, fogão 39, vive Francisco Alves da Cunha Carvalho, de 31 anos, natural de Braga, e sua mulher Mariana Ferreira de 27 anos, m. e r. N. a l de Minas, freguesia de Iruoca, Mariana Ferreira e a irmã de João Ferreira de Souza (30). Em comparação com o ano anterior, sete famílias se haviam mudado para Rezende, e duas tinham vindo desta vila" (31).

Em 1802 o plantio de café começa a se alastrar: Areias produzem 20 arrobas, Banana 40 arrobas e Mundé 28 arrobas, num total de 88 arrobas (32).

De 1803 a 1813 há um vazio nas informações dos Recenseamentos de Ordenanças.

---

(26). — DAESP, Pop./Lorena, cx. 100, ord. 100, 4a. Cia. Bairro das Areias.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1.º Ofício/Queluz, Maçon nº 1, Isabel Maria de Souza.

(27). — DAESP, Pop./Lorena, cx. 98, Mapas das Produções.

(28). — *Idem*, cens. de 1801, 4a. Cia.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1.º Ofício/Queluz, Maçon nº 1, Isabel Maria de Souza.

(29). — *Idem*, cens. de 1801, 4a. Cia.

(30). — *Idem*. *Ibidem*.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1.º Ofício/Queluz, Maçon nº 1, Isabel Maria de Souza.

(31). — *Idem*. *Ibidem* (observações finais do censo).

(32). — *Idem*, cens. de 1802, Mapas das produções.

Taunay (*História do Café no Brasil*, t. II, vol. II) dá Rezende com o foco distribuído de café na região (cap. XXII).

Em 1814 mantém-se a sistemática de 8 Cias., mas a produção de café alcança a um total de 3.606 arrobas. A razão deste significativo aumento da produção de café seria, de um lado, o mercado firme do Rio de Janeiro, e de outro, o motivo expresso por um ofício pela Câmara de Lorena ao Governador:

"O Senado da Câmara da Vila de Lorena teve a honra de receber... e conhecendo o ser do agrado do... Príncipe e Regente Nosso Senhor, que para esta Capitania se dirija em Medicos, Cirurgioens, Engenheiros, Hydraulico e Tupographicos, e Contadores, e que pela assistência destes seja necessario o os seus vassallos contribuírem com o emposto nos generos mais proprio do Paiz... convocam o aos officiaes da Câmara do anno passado... e assentamos:... seja o seu tributo e novo Emposto de vint e reis em cada arroba de assucar, que se fabrica, e o da m.m.a.q.t. a em cada arroba de Caffé que se colher, som. e na primr. a vend a em cada d o Lavrado r que ser a obrigad o a da r a o Senado hum a exata conta do rendimento de sua safra, e colheita. Este s generos alem de Sere mo s d e mais aumento, utilid. e e prompta sahida; tão bem o h é d e mais interesse, q. poder a render conforme temo s calculado sincoent a ath e sesenta mil Reis, e por sere mo s unico s generos do Paiz esperamos que d ê p. a o diante maiores intere ces. Vill a d e Lorena, e m Camer a d e 2 4 d e julh o d e 180 0 a o Exmo. Snr. Antoni o Manoel de Mell o Castr o e Mendonça" (33).

\*

Por Cias., em 1814, a produção era:

1ª Cia. — 10 arrobas de café. Pinga e açucar serve ma o consumo local.

2ª Cia. — 22 arrobas de café, aguardente e 452 barris.

3ª Cia. — 806 arrobas de café.

4ª Cia. — 928 arrobas de café (34), sendo a maior produção (150 arrobas) de um mineiro Alferes José Gomes de Moraes. O fluminense Amador da Silva Couto, com 8 escravos, produziu 100 arrobas. José da Silveira Camargo, de Lorena, senhor de Engenho, produziu 50 arrobas com 15 escravos, o negociante Gabriel Serafim da Silva, com 30 escravos, colheu 35 arrobas, Antunes Fialho, com igual número de escravos, produziu 40 arrobas, mas em relação a este e vem expresso que se seu interesse maior está na fazenda de criar. Outro senhor de engenho, Capitão Joaquim Lopes Guimarães, português, cunhado de João Ferreirada Souza, produziu 40 arrobas (35).

(33). — DAESP, Ofício das Câmaras/Lorena, etc., cx. 6, ord. 232, doc. 6-3-35.

(34). — DAESP, População/Lorena, cx. 102, Mapas das Produções.

(35). — *Idem*, censo da 4ª. Cia., fogos nº 1, 131, 75, 128 e 72.

As 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> Cias. não produziram café.

A 6<sup>a</sup> Cia. (Bananal) teve, nesse período, uma produção considerável: muito a pinga, muito o açúcar, muito o toucinho e também muito café, 154 7 arrobas, quase a metade da produção de café da região.

8<sup>a</sup> Cia. produziu 34 9 arrobas de café (36).

De 1814 a 1818 a situação do café se firmou e a região alcançou uma população de 7.255 habitantes, dobrando a produção de açúcar e de café (37). Em 1817, Areias passa à vila, pelo que o Recenseamento de Ordenança se fica novamente organizado em 4 Cias., com uma produção global de 7.415 arrobas de açúcar e 7.921 arrobas de café (38).

Em 1817, na 1<sup>a</sup> Cia. (Areias, Varginha, Barreiro, Feio e Formoso), em 6 bairros, com 568 escravos, 40 agricultores produzem café (1.313 arrobas) (39). O Capitão Joaquim Gomes de Siqueira e Isabel Maria de Souza (viuva de João Ferreira Guimarães) só produzem cereais (40). Mas em 1818 o Capitão Joaquim Gomes de Siqueira produz 200 arrobas de café, e o Capitão João Ferreira de Souza, com 46 anos, 23 escravos, na Fazenda Pau D'Alho produz milho, arroz e 50 barris de aguardente (41). Fortunatamente Pereira Leite e João Ferreira de Souza até 1817 estavam em Rezende, mas em 1818 João Ferreira de Souza já mora na Fazenda Pau D'Alho (42), cuja sede deve ter iniciado então, ou no ano anterior, data em que Martius, passando ali perto, nada assinala no seu diário (43). Das instalações e execução, João Ferreira de Souza deve ter dado preferência àquelas de uso imediato, com o engenheiro de cana. Com o em 1822 ele já tem 60 mil pés de café e a sede da fazenda acabada, pelo menos o café já deve estar plantado, ou a plantação iniciada. A 2<sup>a</sup> Cia., no Mundéu (entre Areias e Silveiras), tem 1.340 arrobas produzidas em 32 fazendas (44).

---

(36). — *Idem*, Mapas das Produções.

(37). — DAESP, População/Areias, cx. 3, ord. 3, Mapa Geral dos Habitantes e Mapa das Produções da Paróquia, ano 1818.

(38). — *Idem*, Mapas das Produções, ano 1817.

(39). — Quadros estatísticos elaborados a partir do Recenseamento de Ordenanças, ano 1818 (Jaelson B. Trindade), Arquivo 4<sup>o</sup> Distrito, IPHAN.

(40). — DAESP, Pop./Areias, cx. 3, cens. da 1<sup>a</sup> Cia., ano 1817, fogos n<sup>o</sup> 1, 273 e 314.

(41). — *Idem*, ano 1818, fogos n<sup>o</sup> 270 e 297.

(42). — *Idem, ibidem*, fogos n<sup>o</sup> 266 e 270. cx. 89, ord. 335, doc. 89-2-11.

(43). — Martius, *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, Vol. I — 1938, pg. 182.

(44). — DAESP, Pop. Areias. — Cx. 3. — ord. 3 — ano 1818, 2<sup>a</sup> Cia., Mapas das Produções.

O Capitão dest a Cia. , senho r d e engho Domingo s d a Silva, co m um a produçã o d e 12 0 arroba s d e açucar , fo i substi - tuido pel o Capitã o Alexandr e Tomá s d a Silv a (45) .

Na 4<sup>a</sup> Cia . (Bananal) , e m 1 0 bairro s e 464 fogos , s e produ z 7.065 arroba s d e café , send o qu e 4 senhore s d e engho aparece m com produçã o d e 40 0 arrobas , 20 0 arrobas , 15 0 arroba s e 10 0 arrobas. O Capitã o dess a Cia. , Francisc o Álvare s d a Cunh a Car - valho, co m 1 8 escravos , produ z 8 5 arroba s n a Bo a Vista, Manoe l Joaquim d e Siqueir a mand a par a o Ri o 8 0 arroba s e acus a a produção d e outra s 8 0 arrobas , "e m ser" . N o mesm o bairro , José Ramo s Nogueira , d e Rezende , 5 0 escravos , senho r d e en - genho, produ z 10 0 arroba s d e café . Lucian o Jos é d e Almeid a produ z 12 0 arroba s d e café . Lucian o Jos é d e Almeid a produ z 120 arrobas . E m Trê s Barras , o mineir o Lui z Gome s Nogueira , senhor d e engho , export a par a o Ri o 40 0 arroba s d e café e 810 arroba s d e açuca r (46) .

Na mesm a zon a d e Bananal , n o an o anterior , d e 1817 , n a 4.<sup>a</sup> Cia., o Guard a Mór Joaqui m F . Pena , co m 4 0 escravos , produ z 150 arroba s d e café ; o portugues Capitã o F. Álvare s d a Cunha, casa - do co m mineira , co m 1 6 escravos , produ z 9 0 arroba s e o mineir o Joaquim F. d e Souza produ z 8 0 arroba s (47) .

Para um conjunt o d e cerc a d e quatrocento s mil pé s d e café , e m produção po r volt a d e 1814 , quatr o ano s depoi s aparece m mai s d e dois milhõe s d e pé s d e café , qu e vã o produzi r 46.80 2 arroba s e m 1822 (48) . N a verdade , este s doi s milhõe s e tanto s mil pé s d e café já estaria m plantado s e m 1818 , o u e m plantio , post o qu e o café le - va d e três a quatr o ano s par a produzi r .

Discute-se s e o café entro u n o Estad o d e Sã o Paul o po r Areia s ou Jundia í (49) , problem a d e interess e relativ o par a estud o d a cria - ção d a unidad e "Fazend a d e Café" . Parc e segur o qu e a o entra r o sécul o XIX o plantio d e café já era conhecido e praticado . Tud o leva a acreditar , d e outr a parte , qu e Rezend e tenh a sido , nesa a região , o seu foco principal de irradiação (50) . O qu e se pode dize r com cert a convicção é qu e no s primeiro s 1 5 ano s d o sécul o XIX , o café é ainda apena s u m conviv a d e alguma s unidade s agrícolas , a s quais ,

---

(45). — *Idem*. 2a . Cia. , ano s d e 181 7 e 1818 , ambo s n o fog o n ° 1 (Censo).

(46). — *Idem*. 4a . Ci a an o 1818 . Mapa s da s Produçõe s e Censo , fogo s n°s 1 , 244, 362, 343 e 358.

(47). — *Idem. Ibidem*. an o 1817 , Censo , fogo s n° s 1 , 3 0 e 120 .

(48). — *Idem*. an o 1822 . Mapa s da s Produçõe s d a Paróquia .

(49). — Tauna y (Affonso d e E.) , *História d o Café n o Brasil*. Ri o d e Janeiro, 1939 , pg. 332 .

(50). — *Idem. Ibidem*, Cap . XXII .

segundo Eschwege , par a 1808 , e m toda a Capitania havia 19 0 fazendas exclusivamente de criação , 45 8 engenhos de assucar (*sic*), 601 de aguardente , 3 2 fabricas de anil e 3 6 moinhos de arroz (51) . Fazendeiro algum teria , em 1818 , mais de 20.000 pés plantados (52) . Rezende , na beira do Paraíba , vizinhança geográfica dos dois "caminhos novos " que empolgavam os colonos procedentes da Comarca do Rio das Mortes , e que assim depois se chamou (ante ser a Monte Alegre) pelo número grande de sesmarias aí concedidas , por volta de 1785 , pelo vice-rei Condé e Rezende (53) , teve o café por via do Padre Antônio do Couto da Fonseca , desde 1775 . Nos primeiros anos do século XIX , várias propriedades agrícolas aí objeto de compra , possuíam cafezais (54) . Bananal , Areias , Lorena , e em geral a área do "caminho novo da Trindade " foram os principais beneficiários deste foco cafezista .

O que importa , entretanto , é assinalar que tanto em Rezende , como em São João Marcos , como em Mathias Cardoso , localidades (cafezistas pioneiras) o café foi sempre convivido com o engenho e das fazendas mistas . Mesmo em Patí do Alferes e Vassouras , assim como Guaratinguetá e Lorena , onde depois surgiram latifúndios cafezistas , por volta de 1830 , o melhor , bem depois da queda de Napoleão , e especialmente depois da valorização do café em 182 0 (55) , zona já ocupadas na 1ª década do século XIX , o café não foi o motivo principal da ocupação territorial .

No "caminho novo de Trindade " , ao contrário , foi exatamente isso que aconteceu , posto que foi aí que , pela primeira vez , foram montadas fazendas especialmente destinadas à produção do café .

De qualquer modo , estas cifras assinalam uma radical mudança no quadro da cultura do café , nesta região , entre 181 8 e 1822 . Com efeito , para 20 , 30 , 50 ou mesmo 10 0 arrobas de produção , não há necessidade maior de instalações especiais para sua cultura e beneficiamento . Qualquer pedaço de chão limpo e qualquer meio dúzia de pilões manuais resolve o problema . Mas 20 , 30 , 50 ou 100.00 0 pés de café em produção , ou seja , 400 , 600 , 1.00 0 ou 2.000 arrobas , implicam num programa completo de instalações , constituindo-se as mesmas numa realização inédita para a época . Esse tipo de problema ocorreu nessa paróquia de Areias entre 181 8 e 1822 . Foi exatamente nessa região e nessa época que João Ferreira de Souza montou a Fazenda Pau D'Alho e construiu a sua sede .

---

(51). — *Idem. Ibidem*, pg. 336 .

(52). — *Idem. Ibidem*, pg. 176 .

(53). — *Idem. Ibidem*, pg. 142 .

(54). — *Idem. Ibidem*, pg. 142 .

(55). — *Idem. Ibidem*, pg. 199 .

Parece importante assinalar que a produção dos demais gêneros então decaiu. O açúcar que em 1818 alcançava 7.415 arrobas, descende para 2.400 arrobas em 1822; a produção de toucinho, que em 1818 alcançava 4.911 arrobas, decai para 3.169 arrobas em 1822 (56).

Além disso, amostragens tomadas nos anos 1825, 1828, 1829 e 1835 e 1836, denunciam um notável aumento na produção de café, convertendo este produto num açambarcado das atividades agrárias.

Antes, porém, de indicar esta interessante extrapolação, é preciso esmiuçar os dados relativos ao ano de 1822. A paróquia de São Miguel das Areias (frequentemente confundida com Santana das Areias não só nos documentos particulares mas também nos documentos públicos, provavelmente por causa de Santana dos Tocos, localidade instalada no primitivo traçado, beira-rio, do "caminho novo da Trindade")» estava dividida em 4 Cias., com total de 8.424 habitantes, 3.880 escravos e 958 agricultores (57).

1ª Cia. — Compreendia os seguintes bairros: Varginha, Santana Acima, Santana Abaixo, Barreiro, Feio, Formoso, com um total de 4.955 habitantes e 1.082 escravos, com uma produção de 9.238 arrobas de café, a o que corresponde cerca de 500.000 pés de café para 100 plantadores (58). Para sete mineiros, 4 paulistas e um homem da Corte casado com mineira. Três mineiros não produzem café, mas cuidam de seus engenhos. José Gomes de Moraes, Fortunato Pereira Leite, João Ferreira de Souza, Maria Felizarda dos Reis, José da Silveira Camargo e Gabriel Serafim da Silva produzem cada um, de 300 a 500 arrobas, com plantações que vão de 6 a 10.000 pés de café. João Ferreira de Souza, proprietário da Pau D'Alho, e seu cunhado Fortunato Pereira Leite, proprietários da Barreiro, produzem 400 e 500 arrobas respectivamente. O mapa do Recenseamento de Ordenanças para esse ano, traz um a confirmação de que em 1819 João Ferreira de Souza já morava na Pau D'Alho, tendo aí nascido um seu filho, que estava com 3 anos (59). Para o período imediatamente anterior, foram "acusados" de estar na Pau D'Alho, mas não dormiram Rezende (60).

2ª Cia. — No Mundéu, tem 1.390 habitantes, e produz 8.056 arrobas de café.

---

(56). — DAESP. Mapa das Produções, anos de 1818 e 1822.

(57). — *Idem*. Mapa dos Habitantes e das Ocupações, ano 1822.

(58). — *Idem*. Mapa das Produções, e Censos, Estatísticas. Quadro estatístico elaborado a partir do Recenseamento de Ordenanças 1822. Arq. do 4º Distrito do IPHAN. 1ª Cia. an. 1822.

(59). — *Idem*. Cens. da 1ª Cia. fogo nºs 1, 2, 3, 132, 160, 275, 307, 325, 326, 337, 344.

(60). — DAESP. Cap. Mor de Lorena, cx. 89, ord. 335, doc. 89-2-11.



3ª Cia . — Queluz , te m um a populaçã o d e 1.48 9 habitantes , e um a produçã o d e 7.03 6 arroba s d e café .

4ª Cia . — Bananal , te m 2.91 8 habitantes , 1.96 6 escravos , e produz 22.47 2 arroba s d e café (61) : 1 9 plantadore s sã o respon- sáveis po r mai s d a metad e dess a produçã o — 13.51 8 arrobas . A distribuiçã o po r bairro s d á tambe m um a idéi a d a distribuiçã o dos plantadore s . N o bairro d a Vila , d e 29 fogos , 6 produze m café ; no bairro Sant o Antônio , d e 9 6 fogos , 2 produze m café ; n o bairro João Pereira , do s 3 8 fogos , 2 produze m café ; n o bairro d o Retiro , de 14 4 fogos , apena s 9 planta m café . N o Retiro , o s mineiro s No- gueira , Hilário , Lui z Gome s e Antôni o Gomes , apresenta m um a produção conjunt a qu e é ultrapassad a pela s 1.00 0 arroba s alcan- çadas po r Lucian o Jos é d e Almeida . Outr o qu e produ z 1.00 0 arrobas d e café é o portugê s Jos é d e Aguiar , plantado r n o bairro o de Joã o Pereira . A í aparec e tambe m u m cunhad o d e Joã o Fer- reira d e Souza e antig o morado r d e Areias , Capitã o Francisc o Alves d a Cunha Carvalho , co m um a produçã o d e 90 0 arrobas . O Tenent e mineir o Antôni o Barbos a d a Silva , co m 10 1 escravos , produz 50 0 arroba s (62) .

Se a produçã o j á é contada , e m 1822 , po r dezena s d e milheiro s de pés de café , e m 1825 sobe , e m muito s casos , a mais de meia centena ou mesm o a centen a d e milheiro s d e pés d e café .

A paróqui a d e Areia s est á agor a dividida , par a efeito d o Recen- seamento d e Ordenanças , e m 7 Cias . , co m u m tota l d e 11.10 4 habi- tantes , 4.38 5 escravo s e 79.49 1 arroba s d e café , co m 37 1 fazendas , 3.115.000 pé s d e café , co m 3.11 5 escravo s empregado s nelas ; 4.07 0 arrobas d e açúcar , 5.09 5 canada s d e aguardente , e 20 0 dúzia s d e ga- linhas (63) .

A 1ª Cia . , n a áre a d a Vil a d e Areias , te m 1.62 8 habitantes , e 74 3 escravos . Gabrie l Serafi m d a Silva , co m 4 8 escravo s (64) , produz 20 0 arroba s e te m 40.00 0 pé s d e café plantados . . . Capi- tão Mó r Domingo s d a Silv a Moreir a produ z 5 0 arrobas , te m 5.000 pé s e 3 4 besta s d e carga . Domingo s d a Silv a Ribeiro , mi- neiro , produ z 60 0 arrobas , te m 16.00 0 pé s e 2 8 bestas .

O mineir o Alexandr e Tomá s d a Silva , produ z 60 0 arrobas , tem 40.00 0 pé s e 3 5 bestas .

---

(61). — *Idem*. Mapa s da s Produçõe s e do s Habitante s d a 2a . , 3a . e 4a . Cias . , an o 1822 .

(62). — *Idem*. *Ibidem*, 4a . Cia . e Censo , fogo s nº s 269 , 270 , 271 , 325 , 1, 1 0 e 126 . Estatística . Quadro s estatístico s elaborado s a parti r d o Recensea- mento d e Ordenança s 1822 . Arq . 4 ° Distrit o d o IPHAN .

(63). — *Idem* , an o d e 1825 , Mapa s Gerai s do s Habitante s e da s Pro- duçõe s .

(64). — *Idem*. *Ibidem*, d a la . Cia .

José Monteiro da Silva, de Cunha, produz 600 arrobas, tem 16.000 pés e 23 bestas.

José da Silveira Camargo, com 41 escravos, produz 800 arrobas e tem 40.000 pés de café.

José Gomes de Moraes, com 49 escravos, produz 800 arrobas, tem 60.000 pés e 28 bestas.

Fortunato Pereira Leite, com 60 escravos, produz 2.000 arrobas e tem 50.000 pés.

João Ferreira de Souza, com 60 escravos, produz 2.470 arrobas e tem 60.000 pés.

Maria Felizarda, produz 890 arrobas, e tem 32.000 pés e 30 bestas.

Alferes Jesuino Ferreira Guimarães, tem 6.000 pés, e José Celidônio, 1.000 pés (65).

Na 4ª Cia., na área de Areias, Bairro de Santana e Santana Acima, os mineiros José Pio Ferreira e Joaquim Lopes Guimarães têm uma produção de 800 a 1.000 arrobas, com 16 e 40 mil pés, respectivamente (66).

A 2ª Cia., no Mundéu, o Capitão João Moreira da Silva e o Alferes Antônio Pires Figueira produzem 40 e 50 arrobas em 24 e 9 mil pés, respectivamente. Joaquim Ribeiro da Silva, acusando uma plantação de 18 mil pés, colhe somente 130 arrobas (67).

As Cias. 5ª e 6ª, no Bananal, acusam uma produção volumosa: José Aguiar Toledo produz 1.700 arrobas, e tem 100 mil pés.

Luiz Gomes Nogueira, 2 mil arrobas e 100 mil pés.

Joaquim Silvério de Castro, 60 arrobas e 50 mil pés.

Antônio Barbosa da Silva, 1.000 arrobas e 80 mil pés.

Luciano José de Almeida, 2 mil arrobas, e 50 mil pés.

José Ramos Nogueira, 1.000 arrobas e 30 mil pés (68).

Os censos de 1828 a 1836 somente confirmam esse crescimento firme na produção regional do café. Agora a paróquia está dividida em 7 Cias., Na 1ª Cia., Vila de São Miguel das Areias — o ajudante Silva Ribeiro, quem em 1828 produz 1.200 arrobas, passa a produzir, em 1835, 2.500 arrobas (69).

---

(65). — *Idem*, Censo, 1ª Cia., fogos nºs 1, 2, 5, 6, 181, 95, 140, 152, 162, 166 e 75.

(66). — *Idem. Ibidem*, 4ª Cia. fogos nºs 1 e 78.

(67). — *Idem. Ibidem*, 2ª Cia. fogos nºs 1, 2 e 3.

(68). — *Idem. Ibidem*, 5ª e 6ª Cias. fogos nºs 139, 125, 23, 64, 110 e 104, respectivamente.

(69). — DAESP. População/Areias. cx. 4, ord. 4. Censo 1ª Cia. ano 1828, fogos nº 4; cx. 5, ord. 5, Areias, 1º Distrito, 1º quarteirão, fogos nº 8.

O capitão José Monteiro da Silva, e em 1828 produziu 800 arrobas, e em 1835, 1.500 arrobas (70).

Alguns plantadores passaram para a 4.<sup>a</sup> Cia. (Santana, Barreiro e Formoso): Maria Felizarda dos Reis, que em 1825 produziu 890 arrobas, e em 1828, 2.100 arrobas, e em 1829, 2.200 arrobas (71).

O capitão João Ferreira de Souza, que em 1825, com 60 escravos, na Fazenda Pau D'Alho, produziu 2.470 arrobas, agora com 150 escravos, viu sua produção cair para 600 arrobas, mas em 1829 produziu 3.171 arrobas, em 1830, 3.800 arrobas, e finalmente em 1836, produziu 6.250 arrobas. Na sua Fazenda do Bonito, cuida apenas da criação e cereais (72).

José Celidônio Gomes, produziu 1.800 arrobas (73).

Fortunato Pereira Leite, e em 1828 produziu 1.500 arrobas; e em 1830, colheu 2.500 arrobas, e em 1836, 2.500 arrobas (74).

Antônio Ferreira de Souza, e em 1829, colheu 400 arrobas, e em 1830, 500 arrobas, e em 1836, 2.200 arrobas (75).

Joaquim Lopes Guimarães, e em 1828, produziu 700 arrobas, e em 1836, 800 arrobas (76).

Em Bananal, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Cias., é onde se concentra a maior produção (77):

5.<sup>a</sup>: Antônio Barbosa da Silva, dono dos dois maiores engenhos de Bananal, com 101 escravos produziu 6.380 arrobas de

---

(70). — *Idem. Ibidem*, fogo nº 3; *idem, idem*, fogo nº 2.

(71). — *Idem. Ibidem*, 4a. Cia. fogo nº 147 — 1828; Censo de 1829, fogo nº 141.

(72). — *Idem. Ibidem*, fogo nº 141 de 1828; Censo de 1829, fogo nº 134 e 144; Censo de 1830, fogo nº 121; cx. 5, ord. 5, distrito de Paz do Barreiro, quarteirão nº 3 de Sanctanna, fogo nºs 1, 2.

(73). — DAESP. Pop. Areias, cx. 4, ord. 4 — 1828, 4a. Cia., fogo nº 148; Censo de 1829, fogo nº 132; Censo de 1830, fogo nº 131.

(74). — *Idem. Ibidem*, fogo nº 139; Censo de 1830, fogo nº 117, cx. 5, ord. 5, curato de São José do Barreiro, 1.<sup>o</sup> Distrito, quarteirão nº 2, fogo 39.

(75). — *Idem. Ibidem*. Censo de 1829, fogo nº 75; Censo de 1830, fogo nº 119; cx. 5, ord. 5, ano de 1836, Distrito de Paz do Barreiro, quarteirão nº 3 de Sanctanna, fogo nº 3.

(76). — *Idem. Ibidem*. Censo de 1828, fogo nº 1; cx. 5, ord. 5, 1.<sup>o</sup> Distrito Sanctanna, quarteirão nº 5, fogo nº 33.

(77). — Parece haver uma diferença entre a ocupação do território de Areias, especialmente de Barreiro, e Bananal. Na hora da ocupação da área de Barreiro em torno de 1818, já era hora de partir, com exclusivismo, para o café. Nessa hora, Bananal já estava empenhada na produção do açúcar, e, embora também tenha passado a produzir café, e em grande volume, não teria se desvinculado totalmente da influência das instalações de engenhos.

café (fog o 173) .

(6ª: Luciano José de Almeida , com 106 escravos , produziu 3.000 arrobas de café (fog o 178) .

5ª: Ajudante Luiz Gomes Nogueira , com 82 escravos , produziu 4.000 arrobas (fog o 472) .

5ª José de Aguiar Toledo , com 80 escravos , produziu 2.500 arrobas (fog o 100) .

(6ª: Manoel Joaquim de Siqueira , produziu 2.500 arrobas (fogo 172) .

6ª: José Ramos Nogueira , com 87 escravos , produziu 2.000 arrobas (fog o 179) .

6ª: Joaquim M. de Freitas , produziu 1.200 arrobas (fog o 70) .

5ª: José Gonçalves Pereira , 1.000 arrobas (fog o 111) .

5ª: Alferes José Magalhães Couto , 850 arrobas (fog o 135) .

5ª: Joaquim Ferreira Pena , produziu 700 arrobas (fog o 30) .

6ª: Coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros , produziu 750 arrobas (fog o 168) .

6ª: José Nunez Teixeira , produziu 700 arrobas (administrador do Capitão Barbosa da Silva) (fog o 167) .

6ª: Alferes Francisco Aguiar Vallim , produziu 500 arrobas (fogo 2) (78) .

Os estabelecimentos agrícolas se tornaram, então, núcleo de concentração de gente. Para abrigar e alimentar várias dezenas e mesmo centenas de escravos e em trabalho, eram necessárias instalações de morar e de beneficiar, produção de alimentos, tais como senzalas, paióis, moinhos e pilões, o que equivale a dizer senzalas, depósitos e moinhos já construídos e em funcionamento. Para beneficiar, depositar e aviar 1.000, 2.000 ou mais arrobas de café, um ou mais terreiros eram necessários, bem como o equipamento mecânico com as baterias de pilões e regos de água canalizada até um lugar expressamente afeiçoado ao trabalho, isto é, engenhos, tulhas, casa de secar e de escolha, etc. Para transportar a produção era necessária 30 ou mais bestas de carga, requerendo cobertas para abrigo. Os serviços rotineiros exigiam uma tenda de ferreiro, casa do administrador e, afinal, uma casa de morada. Quase sempre padaria, olaria e enfermaria, além de construções eventuais, inclusive casas com armazém para armazenar vendas.

A quantificação desses itens e a organização desse programa, matéria preliminar de qualquer instalação, bem como a experiência das diferentes soluções porventura adotadas, de validade individual e pro-

---

(78). — DAESP. População/Areias , cx . 4 , ord . 4 , cens o do ano de 1828, 5a. e 6a. Cias., fogos nºs 173, 472, 106, 111, 139, 30 e 178, 172, 179, 70, 168, 167, 2 respectivamente.

cedência diversa, teria que ser novamente elaboradas, agora para diferentes finalidades.

No caso da instalação cafezista, pelo menos duas fontes de experiências estavam disponíveis: a das fazendas mineiras, quase todas voltadas para a produção de açúcar, e aguardente, ou para a produção de cereais; e do s engenhos da baixada fluminense, e das também fluminenses fazendas mistas. A experiência dos estabelecimentos do planalto paulista ou do s engenhos do litoral norte de São Paulo pouco ou nada contribuiu para a solução do problema da sede da fazenda do café. Talvez por motivo de tradição construtiva: a do planalto, fundada na técnica da taipa de pilão, e a do litoral, que contava, para construções de pedra, com a disponibilidade de cal, de difícil obtenção no planalto. Do ponto de vista programático, estes dois últimos exemplos — do planalto e do litoral — nada apresentavam de aproveitável.

Nestas circunstâncias, e para tentar uma sistemática de problemas, a fazenda de café deve ser considerada em termos de tese, de programa, de organização do espaço, de esquema construtivo, de partido e final de resultado plástico.

A tese de uma sede de estabelecimento rural especificamente voltado para a produção de café, é uma tese nova, na medida em que se diferencia do s estabelecimento s rurais até então conhecidos, inclusive das fazendas mistas que então produzia m também café. E a novidade nela representa um condicionamento geográfico e uma categoria funcional específica.

Parece difícil compreender uma fazenda de café, pelo menos no momento em que ela nasce, com o tese (suponhamos, entre 1814 e 1818) sem apreciar devidamente as condições de geografia que definiam o aproveitamento potencial da área do "caminho novo da Piedade". A natureza do solo, sua cobertura vegetal característica, sua topografia e o sistema de drenagem definidor do "mar de morros" do Vale do Paraíba, entre a calhadessa e a escarpa da Serra do Mar, as condições de clima e as condições de transporte para os portos de exportação são o parâmetro s desse novo problema.

É importante assinalar que o *humus* é uma associação que o café alcançou desde a sua primeira experiência nacionais, especialmente aquela realizada sem Jacarepaguá, na Cercado s Barbadinho e na Tijuca. Esta associação e o afeiçoamento pelo s terreno s de altitude, constituía m dois compromissos já sabidos quando o café tomou o rumo do "caminho novo de Garcia Paes" e, sobretudo, o rumo do "caminho novo da Piedade". Destas duas áreas, posto que a primeira já estava, nessa época — primeiro quartel do século XIX — comprometida com a implantação de engenhos e de estabelecimento s rurais

de tipo policultor, a segunda desfrutava de condições favoráveis: mata, proximidade dos portos, resultados positivos durante dois lustros de experiência e, especialmente, nenhum compromisso maior em matéria de ocupação territorial. Seria indispensável assinalar que o elemento de convicção e em favor da opção café deveria ser bastante forte, especialmente quando posto em confronto, com o acontecido então, com outras alternativas de rentabilidade comprovada e de prazo relativamente mais curto. Na verdade, enquanto o um engenheiro podia ser pago em 2 ou 3 anos, e um a fazenda mista, sem perspectivas espetaculares, modorrava numa rentabilidade e segura, porém modesta, enquanto isso, o empreendimento cafezista levava a cerca de 11 anos para se pagar, além de um prazo de carência de 3 ou 4 anos para começar a produzir, tempo do cafeeiro brotar, crescer e dar frutos. Além disso, havia o problema do capital a ser empregado:

"para produzir mil arrobas é preciso pelo menos 20 escravos" (79)

e, de quebra, o problema do transporte da mercadoria produzida para a Corte ou para a Marinha próxima, e que representava um item fundamental do programa de uma fazenda de café. Tanto é assim que o número de bestas de carga vem assinalado nos mapas de Recenseamento e Ordenanças, a lado do número dos pés de café e do número de escravos. A área coberta destinada às "tropas" vê-se assinalada nos inventários, mesmo nos inventários tardios, do fim do século XIX, quando a estrada de ferro já era uma realidade.

Além do problema da geografia regional, no qual se inclui o tipo de solo, cobertura vegetal, clima, etc., o da topografia local se afigura ter assumido uma relevância especial, posto que era dela que dependia a possibilidade de obter água controlada por meio de regos e canais; água para os engenhos e lavadouros, mais do que a de beber, que esta seria fácil num tipo de solo fofo coberto de matas e cheios de fontes. Além dessas condições gerais, e naturalmente, do problema de obter terras e dispor de capital — dinheiro e escravos — o programa de um estabelecimento cafezista do tipo que se montou nessa época e nessa região, encontramos nos inventários, quanto estes arrolam benfeitorias de uma propriedade cafezista. O inventário da Fazenda Barreiro (80), contemporâneo da Fazenda Pau D'Alho, e

---

(79). — DAESP. Ofícios diversos/Areias. cx. 13, ord. 807, Pasta 2, doc. 13-2-4, e m 15-11-1827. Nessa carta, dirigida ao vice-presidente da Província, Joaquim Lopes Guimarães alega a sem razão de alguém, justificando que "essa cultura (café) ocupa 20 escravos a o menos, quando não o possui nenhum".

(80). — Inventários, Cartório do 1º ofício, Banana I (D. N. S. J. B.), maço 91. Fortunato Pereira Leite.

de propriedade de um cunhado de João Ferreira de Souza e, nesse sentido, bastante elucidativo.

Esse inventário, de 1874, relaciona os edifícios e benfeitorias, parte possivelmente datando de 1819:

- Casas de morada coberta de telha na fazenda;
- Sete lance s de casa s coberta s de telha s no corre d a casa de morada, inclusiv e cozinha;
- Onze lance s de casa s coberta s de telha s de moradi a do s pretos, inclusiv e dois lance s assoalhados;
- Casas de pesa r café, com seis lance s coberto s de telhas, já bem arruinada;
- Corre r d e escolha, com de z lance s coberto s de telhas, inclusiv e o puxad o par a o engho d'água e par a o s monjolos e par a a casa d o alambique;
- Casas coberta de telha com um engho de cana;
- O paio l coberto de telha e casa s anexas;
- Casas com moinho de fubá, com pedras da silha e um outro abandonad o com pedras do país;
- Casa coberta de telha em frente da casa de morada com padaria e mais pertences;
- Casa velha que foi de F. de Barros Louzada;
- Casas coberta de telha que ach a aberta unida a porteira da entrada da Vila;
- Casas com armaçã o de negócios, onde mora o negociante Malheiros;
- Atenda e mais pertences, incluindo o fole;
- Engho novo com roda d'água;
- Dois monjolos;
- Abanador velho com rodinha d'água.

Outro inventário da mesma Fazenda Barreiro (81), de 1835, ano em que morreu Anacleto, irmão de João de Ferreira de Souza e mulher de Fortunato Pereira Leite, traz igualmente uma descrição da sede da Fazenda Barreiro. Nessa época, Fortunato tinha 15 0 mil pés de café, 1.996 arrobas, de café "colhido em ramas" e 470 arrobas de café já socado e pronto para embarcar (82).

- Uma morada de casa de cinco lanços, com 100 palmos de frente e 30 de fundo, com 8 portas e 19 janelas algumas com fecho, coberta de telha e assoalhadas;

---

(81). — Inventários. Cartório do 1.º Ofício. Queluz/Documentário de Areias/maço 6, Anacleto Ferreira de Souza.

(82). — *Idem. Ibidem.*

- Uma morada d e casa s qu e serve m d e despej o co m 13 0 pal - mos d e frent e e 3 4 d e fundo , cobert o d e telh a e madeir a ro - liça co m 6 porta s e 2 janel a s ordinária s contend o 7 lanços ;
- Outra morad a d e casa s qu e serve m d e morad a e despej o com 10 2 palmo s d e frent e e 3 9 d e fund o cobert a d e telh a s de madeir a roliç a contend o 1 0 porta s e 6 janel a s co m hum a baranda no s fundo s e m abert o send o est a d e 4 lanços , e hu - ma cozinh a d e hu m lanço , mei a águ a co m 2 0 palmo s e m quadra;
- Mais outr a morad a d e casa s qu e serve m d e cozinh a do s es - cravos e despej o co m 5 lanço s contend o 9 7 palmo s d e frent e e 2 7 d e fundo , cobert o d e telh a e madeir a roliç a co m tre s portas e 4 janelas ;
- Mais outr a morad a d e casa s qu e serve m par a guarda r café com 7 5 palmo s d e frent e e 2 2 palmo s d e fund o d e madeir a lavrada cobert a d e telh a s assoalhada e co m 2 porta s e 4 janelas contend o dentr o hum a tulh a d e taboad o e u m casc o grande d e madeir a qu e serv e par a deposit o d e café socado ;
- Mais outr a morad a d e casa s d e 3 lanço s e , digo , par a for a do terreir o tend o soment e u m lanço fechado co m 6 0 p . d e frent e e 2 8 p . d e fund o d e madeir a lavrada cobert a d e telh a s e lanço s fechado s assoalhado s contend o 2 porta s e 2 janelas ;
- Outra morad a d e casa s d e 4 lanço s d e madeir a lavrada e coberta d e telhas , 3 do s quai s serve m d e paioi s e hu m qu e contém um a pequen a varand a qu e serv e d e cas a d e tropa ;
- Um enghen o d e moer can a co m um a cas a d e 5 0 p . e m qua - dra, e hu m a varanda , tud o e m abert o d e madeir a lavrada e coberta d e telhas ;
- Um monjolo mai s pequen o co m hum a cozinh a ordinári a co - berta d e capim ;
- Um moinh o par a fub á co m su a cas a cobert a d e telh a ;
- Uma cas a cobert a d e telh a qu e serv e d e chiqueir o d e porcos ;
- Outra cas a cobert a d e telh a , poré m muit o mai s pequen a e tão be m serv e d e chiqueir o do s porcos ;
- Uma cas a qu e serv e d e négócio s n a estrad a construid a d e ma - deira lavrada cobert a d e telh a e contend o 5 porta s e hum a janel a, co m armaçã o ma l construid a e hu m a cozinh a peque - na d e mei a águ a send o est a d e 2 lanços ;
- 4 lanço s d e cas a n a estrad a e m abert o qu e serve m d e ranch o aos passageiros , e tropeiros , tud o cobert o d e telh a ;
- Ua cas a velh a n o sítio , um a casinha n o curat o d e Barreir o e uma armaçã o (4 0 po r 6 p . ) 4 porta s coberta s d e telh a alu - gada;



- 2 casinha s n o curato ;
- Um a porçã o d e valo s pel a beir a d a estrad a (83) .

Realmente esta s dua s descriçõe s nã o coincide m n a su a totalidad e nem ambas com a descriçã o de outro inventári o (84) d a mesma fazenda, d e 1819 , quand o d a morte d e Maria Isabel d e Souza , natura l d o arraial do s Prados , capel a d o Carambeu , bispado d e Mariana e mu - lher d o Alferes João Ferreir a Guimarães :

- Casa s e moradas ;
- A casa d o paiol , cozinha , casa d e morada n o terreir o Paio l Monjolo, galinheiro , num a senzala , Engenh o co m seu s per - tences d e madeira , tud o cobert o d e telha monjoll o outro s har - voredos d e espinho s e mai s benfeitoria s existente s n a fazen - da ; . . . . .
- Hun s quartei s d e cana , hun s quartei s d e caffè ;
- Huma s casa s d e morada s sita s nest a villa , n a ru a Direita , com porta s e janelas ;
- 2 lanço s d e casa s coberta s d e telha s co m porta s e janela s sitos e m a Villa d e Rezende ;
- 5 O alqueire s d e café po r socar .

Houve briga. O co-herdeir o Capitã o João o Lope s Guimarães ve m dizendo no inventári o que

"notadamente houv e dol o n a mediçã o d a sesmaria"... , "avaliação vicios a vist o o u Vallo r dad o a s casa s d o Embarg.t e q . hé hu a s ó morad a co m frontad a co m a s *grd.as* morada s e casa s de vivenda s d a *Fazd.a* d o Barreiro , u m Oratóri o do s Sacrificio s da Miss a co m hu m *grd.* e e bo m Emg. o d e cana , paiol , cozinha , moinho, galinheiro , forn o d e coze r pã o e hum a *grd.* e casa n o terreiro, n a qua l mor a o Capellã o tud o cobert o d e telha monjoll o senzallas co m cobert a d e palha , quinta l cercad o d e madeir a d e ley, seo s pomares , tre s terreiro s cercado s d e madeir a d e ley , e hum corra l pell a mesm a forma... " e qu e "claram. e reconhec e q. s e intent a trapaça d e coloi o co m o Escrivã o a favo r d e al - guém" (85) .

Comparando o qu e ve m indicad o no s tres documentos , d e 1819 , 1835 e 1874 , e independente das brigas, das omissões e da s descriçõe s porventura viciosas , e ainda tirant e pormenore s d e natureza eventual , como a casa d o negociant e Malheiros , o portã o d a entrada d a Vila , a

---

(83). — *Idem. Ibidem.*  
(84). — *Idem.* maço n ° 1 , Isabe l Maria d e Souza .  
(85). — *Idem. Ibidem.*

casa velha que foi de F. de Barros Louzada, 4 lanços de casa na estrada e m aberto que serv e de ranch o aos passageiros , e tropeiros (1835), casa na Vila, etc., esses inventários expressam o programa da sede cafezista . O terreiro , a casa de morada , o paiol , a senzala , os moinhos, monjolos e engenhos, a tulha, a tenda, a coberta para a tropa e para os demais serviços (secar , escolher), pomar , etc., são unidades funcionalmente demarcadas e programaticamente bem definidas .

O inventário de a Fazenda Barreiro de 1874 , parece particularmente interessante na medida em que conteria a unidade s vinda s de 1835 e mesmo de 1819 ; embora não coincida com os anteriores , não os contradiz . Parece mesmo lícito supor que esta sede s de fazenda recebessem constantemente e pequena s modificações e remanejamento . No documento "Ativo e Passivo de a Fazenda Pa u D'Alho de 1858 a 1875" em que se e arrola m os gastos de manutenção de a Fazenda Pa u D'Alho nesse s 16 anos , foram computados para a benfeitoria s na fazenda: 69:342\$389 réis (86) . De outra parte , alem das modificações introduzidas na morada principal na Fazenda Pa u D'Alho , foi encontrado no telhado do seu corpo de serviço , no limite de um a passagem que separa este corpo de a tulha principal , primitivo remate de espigões, indicando que , num primeiro estágio , a construção terminava , aí , em tacaniça .

Outros inventários , da mesma época e região , eventualmente e acrescentam pormenores de interesse :

"lanços de casa para a tropas" , "um a casa que serv e de enfermaria" , "pomar " (Fazenda Cachoeira , em Formoso ) (87) , ou outro que fala em "abanado r de café tocado a água" ou "hum rod a de mandioca tocada por água e prensa de furo , tipiti de pau" (88) ,

ou ainda o inventário do Tenente José Celidôni Gomes dos Reis (89), que e descreve a sede da Fazenda Formoso :

- Um a casa para a dormitório do preto s na o terreiro de a fazenda ;
- Hum a outra casa na o mesmo terreiro com 30 p . que serv e para a tulha de arroz ;

---

(86). — São Paulo . IPHAN . 4 ° Distrito . Arquivo . Faz . Pa u D'Alho — São José do Barreiro . Economia (microfilme) . Rol o n ° 3 , grupo 22 , fotografia 27 . "Ativo e Passivo de a Fazenda Pa u D'Alho e de toda s as tranzações pecuniárias, e valores representados . Desde 1858 — a 1875 (16 annos)" .

(87). — Inventários . Cartório do 1 ° ofício . Banana 1 (Documentário de São José do Barreiro) , maço 88 , Vitéria de a Silv a Reis — an o 1869 .

(88). — *Idem. Ibidem*, Roque e Álvares de Magalhães . Fazenda Cata - dupa . 1866 .

- Hum a cas a já velh a n o mesm o terreir o qu e serv e par a Paiol ;
- Hum a cas a n o mesm o terreir o qu e serv e par a par a galinheiro ;
- Cinc o lança s d e casa s n o mesm o terreiro , assoalhadas , e qu e servem par a tulhas ;
- Hum a cas a n o mesm o terreir o co m engh o d e seca r caf é e seu s pertences ;
- D m moinh o par a moe r milho , co m cas a n o mesm o terreiro ;
- Hum a cas a n o mesm o terreir o qu e serv e par a trop a cobert a de palha ;
- Hum a cas a d e sobrad o n o terreir o d a fazend a e qu e h é cas a de morada ; etc .

É bastant e variave l o critéri o so b o qua l sã o inventariado s o s bens d e raiz . N o inventári o d e Mari a Ferreir a Ayros a (90) , d e 09-09-1884, s e encontr a descriçã o d a fazend a Pa u D'Alho :

"a cas a d e morad a d a fazend a co m toda s a s sua s dependen -  
cias, tulhas , paióis , senzalas , muros , terreiros , rego s d e águas ,  
moinhos, enghos , hortas , poma r e mai s benfeitorias" ,

sumarismo qu e contrast a co m a descriçã o pormenorizad a do s ben s móveis, cad a escrav o co m nom e e idade , cad a anima l co m se u nome , jóias, móveis , alfaia s e mesm o quinquilharias .

O qu e interess a n o inventári o d a citad a fazend a Formos o é a explicitaçã o d o agenciament o d e sua s diferente s partes : nov e unidade s de construçã o s e volta m par a o terreiro . N a verdad e o terreir o é u m novo personage m peculia r à arquitetura a do s estabelecimento s rurai s cafezistas.

Como espaç o e mesm o co m o posiçã o relativa , co m esse nom e o u co m o nom e d e pátio , nã o é rar o qu e s e o encontr e n a arquitetura a rural, engho s o u fazenda s mistas . N a Fazend a Papagai o d o Meio , n a região d e Conselheir o Lafayette , Mina s Gerais , o s edificio s s e dispõe m em torn o d e um a áre a centra l plana . U m do s lado s dess a áre a retan - gular é tomad o po r u m mur o co m portã o centra l encimad o po r u m dístico:

"Em . . . s . nom e h e ce o livramo s d a pest e e d o perigo .  
esta casa foy feyt a no anno de 1776 ã e viva Jesus e Mari a (91)" ;

---

(89). — *Idem*. Maç o n ° 89 , Joã o Celidôni o Gome s do s Reis . 1862 .

(90). — Inventários . Cartóri o d o l ° ofici o Banana l (Documentári o d e São José do Barreiro) . Maç o n ° 71 . Mari a Ferreir a Airosa . 1884 .

(91). — Iv o Port o d e Menezes . Documentári o Arquitetônic o 6 Fazen - das Mineiras . Escol a d e Arquitetur a d a Universidad e Federa l d e Mina s Gerais . 1969.

na banda da esquerda o edifício de morada, assobradado, toma dois terços do comprimento total do lado; o terceiro lado, fronteiro ao portão da entrada, é todo tomado por um corredor de construção da antiga senzala; e o quarto lado, fora o espaço de passagem, é fechado pelo paiol. Esse paiol era uma construção mais antiga, cujo recheio foi eliminado a fim de atender às novas funções. O que ficou, todavia, dessa antiga morada, é suficiente para identificá-la com o habitáculo mais antiga, de partido paulista, com alpendre fronteiro entalado.

Do ponto de vista da sua forma e da sua posição e em relação às construções que a cercam, essa área retangular é semelhante a um terreiro, a menos da sua função que não é e nunca foi a de terreiro, nem enquanto espaço relacionado com a residência mais antiga (atual paiol), nem quando se agenciu entrada e as construções da época e de funções diversas. . . Iv o Porto de Menezes, estudando algumas fazendas mineiras, arrolou alguns comentários de viajantes e citou alguns exemplos deste tipo de espaço, inclusive a narração de Saint-Hilaire (*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*) a respeito da sede da fazenda Itajurú, onde o notável observador francês caiu no mesmo peçadilhão generalizante do engenheiro Vanthier:

"Dar a conhecer a fazenda do Itajurú é fornecer uma idéia geral de grande número de habitações" (92).

Antes desse comentário, a respeito do mesmo assunto, Saint-Hilaire observa:

"uma fazenda raramente apresenta um edifício único; ordinariamente se compõe de pequena casa construídas sem ordem, mas cujo conjunto é quase sempre pittoresco".

No esquema da morada de Cláudio Manoel da Costa, que se encontra no Arquivo Público Mineiro (93), surge vários pátios, um na fronteira da residência principal e dois laterais, entre esta construção e as edificações complementares. Faltam a esses espaços, também nesse caso, a função que caracteriza, com o área de trabalho e com o espaço organizado do conjunto, o terreiro de café.

É possível ter uma idéia aproximada do terreiro e da sua importância na sede cafeeira, considerando o que ocorreu com alguns, em engenhos cuja instalação fora posteriormente aproveitada para o café. Na Fazenda São Francisco, no município de Amparo, São Paulo, antigo engenho de açúcar construído em 1824, e onde a sede se insta-

(92). — Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro a Minas Gerais*, 1º volume, pg. 189.

(93). — IPHAN. 4º Distrito. Arquivo fotográfico.

leu no m sítio topograficamente e afeiçoado à função de engenho, quando a propriedade se converteu em fazenda de café, o melhor local disponível para o terreiro... tinha sido ocupado pela residência. Nessas circunstâncias, a solução foi parcelar o terreiro de modo que ele pudesse se acomodar em diferentes cotas, na frente e ao lado da construção principal (94). Na fazenda estritamente montada para a produção de café, quando a situação topográfica natural não oferecia uma boa plataforma para o terreiro, essa plataforma era artificialmente construída, suportando-se e os desníveis com paredes de pedra, às vezes imensas. Este tipo de correção da topografia denuncia uma consciência muito clara da necessidade do terreiro e a importância da sua função.

É verdade que o problema surgiu na Fazenda São Francisco teve uma solução condicionada às instalações já existentes, então aproveitadas. Em outras circunstâncias, enfrentando uma topografia severa, o terreiro pode acolher alternativa de parcelamento, o que foi feito em termos racionais e sistemáticos, como na Fazenda Bomfim, em Campinas, São Paulo (95), com faixas sucessivas, escalonadas.

Na verdade, contrariamente ao que acontece na primeira fase do café no vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX, onde a sede cafeeira preferiu um partido concentrado em torno do terreiro, com construções contínuas, quando a cultura do café encontrou a técnica da taipa de pilão da tradição paulista, perto de Taubaté e em meados do século XIX, a tendência que então se introduz é a de um partido aberto, cada edifício independente do resto, o terreiro se colando na frente ou ao lado da casa principal, entre esta e os mecanismos movidos por água. Nunc tão distante, entretanto, que o trabalho aí não pudesse ser fiscalizado a própria casa de moradia do fazendeiro. Deve ter contribuído para essa mudança a aversão natural da taipa de pilão pelas soluções em desnível, caso em que aparecem esforços diferenciais inconvenientes para a parede de taipa de pilão.

O terreiro se afigura, pois, uma criação específica da atividade cafeeira no estilo brasileiro, com a reelaboração e proposta já feita pela arquitetura rural de outros tipos de produção. O mesmo parece ter acontecido, com menor ou maior profundidade, com outras soluções e modelos das diferentes categorias que contribuíram para a realização arquitetônica da sede da fazenda de café.

Com efeito, com o programa, com o espaço organizado, com o esquema construtivo, as soluções que se encontram numa sede cafeeira já tinha em si o objeto de experiência e aproveitamento, e a história

---

(94). — IPHAN. 4.º Distrito, foto nº 17.137. Levantamento preliminar. Faz. São Francisco. Município de Amparo. São Paulo.

(95). — *Velhas Fazendas Paulistas*. DI P — 1947. Fazenda Bomfim.

revela exemplos objetivos de sua participação e estabelecimento de outras épocas e lugares. O programa é de uma produção colonial, com base na monocultura latifundiária e no trabalho escravo. Essa experiência já ocorreria com o açúcar no Nordeste, e, em outro estilo, com o próprio café, nas colônias inglesas e francesas. Em ambos os casos, porém, não só as condições técnicas de produção, com as formas ecológicas e operativas, impunham saídas peculiares, que não podiam ser repetidas agora, com o café, na área da paróquia de Areias. Mesmo as soluções construtivas, que aqui vão ser puramente repetidas no seu conteúdo edificatório, mesmo em relação a estas, houve profundas influências locais a tipificá-las. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com o projeto da casa de moradia mandada construir por João Ferreira de Souza. Sua planta original, revelada no assaolho primitivo, que permanecerá por baixo do novo assaolho, mandado executar no fim do século passado, essa planta comportava três alpendres. O primeiro, fronteiro, que depois foi fechad o com janelas de guilhotina. A balaustrada do guarda-corpo ainda ficou a í documentada, dentro da parede de pau a pique, nas peças horizontais. Em certo trecho, foram ainda encontrados os primitivos balaustres. Na face contígua, a solução alpendrada ficou igualmente documentada nos esteios oitavados, com chanfros para encaixar o guarda-corpo, e nas peças horizontais. Para este alpendre se abriu a Capela, cujo portal primitivo foi encontrado dentro da parede, no antigo lugar. O terceiro alpendre, voltado para o terreiro, também foi fechad o posteriormente, por em época mais recente. Quanto aos dois primeiros, tudo leva a acreditar que foram fechados logo depois da construção dessa moradia. Problema de chuva. A transplantação pura e simples de um esquema de residência, porventura elaborad o para outra condição de clima, teria criado a necessidade de seu imediato remanejamento, face às coisas locais: a água da chuva ventada, varrendo esses alpendres e despejando água no compartimento do sobrado inferior.

Em que pese em essas modificações locais, ou mesmo o parcelamento cronológico do conjunto construído, tudo leva a acreditar que o projeto dessa sede cafezista foi imaginado, desde o início, com o conjunto coerente e lógico, e que o programa previsto visava a realment e uma produção assaz volumosa de café, com o que a fazenda já alcançava plenamente em 1836 com mais de 300 mil cafeeiros produzindo. É notável, nesse sentido, que a criação e a produção de subsistência, eram previstas, no esquema de João Ferreira de Souza, na Fazenda que possui a no Bonito (96).

Tais fatos confirmam a tese de uma fazenda cafezista monocultora e latifundiária, em estágio de perfeita maturidade na sua concep-

---

(96). — DAESP. População de Areias. cx. 5, ord. 5, Distrito de Paz do Barreiro, quartelão nº 3 Sanctanna, fog. nº 2.

ção, lógica e completa com o colocação programática, espacial e construtiva.

O trabalho de identificação genealógica de todas as partes da Fazenda Pau D'Alho, ainda é cedo para tentá-lo, o que não impede que se anote m certas aproximações sugestivas, com o a s qu e fora m tentadas no presente trabalho, relativamente às noções de tes e e programa, que surgem então com o proposições novas de elementos reelaborados. A tese expressada pelas instalações fluminenses ou pelas pequenas plantações, que, nos primeiros anos do século XIX, se espalhava m pel o Brasil. No Rio de Janeiro, depois de 20 quilômetros da cidade, as fazendas mistas povoavam a Província (97). Os viajantes, Saint Hilaire, Luccock, Mawe, Pohl, as assinalam nos seus roteiros de viagem, fazendo, por vezes, descrições de suas sedes e de sua produção. Há uma dominância significativa de engenhos, quanto mais próximos e está do Rio de Janeiro, o que não quer dizer que se os não encontre 150 ou 200 léguas distante, com o o engenho São Joaquim, e m Pirenópolis, Goiás, citad o pelo s viajantes.

É a tese da fazenda mista ou do engenho modesto. É, tanto num como noutro caso, uma tese de unidade agrícola policultora, com exigências discretas no que diz respeito a construções e a equipamentos. O problema da eleição de um produto principal, açambarcado r da s atividades de produção — como existe para o açúcar no nordeste, no litoral de São Paulo e no Rio de Janeiro, e na produção de café depois de 1830, na pecuária do Nordeste, do Brasil Central ou do Rio Grande do Sul, etc., representa um condicionante decisivo: o engenho de açúcar, a fazenda de café ou a fazenda de criar. A fazenda mista ou a unidade policultora não é problema de tamanho. Em Minas Gerais no século XVIII, especialmente na sua 2ª metade, e no Estado do Rio de Janeiro nas cercanias do século XIX, algumas dessas fazendas alcançaram um volume considerável das suas instalações, com o foi o caso da Fazenda Pau Grande, no Estado do Rio de Janeiro.

Unidades muito menores tiveram muito mais condições de tipicidade, no que se refere à edificações e equipamentos de trabalho. Um engenho do litoral norte de São Paulo é, embora pequeno no seu porte e discreto no volume de sua produção, de alta tipicidade: tudo é aí realizado conforme e objetivo exclusivo de produzir açúcar. Num a tes e como a da Fazenda Acauã, no sertão de Piranhas, na Paraíba, tudo é relacionado com objetivo do "criatório". Os estabelecimentos agrícola s implantados no "caminho novo da Piedade" at é 1814-18 estavam, na sua expressiva maioria, voltados para uma produção variada: milho, arroz, toucinho, galinha, açúcar, aguardente e algum a pouca de café,

---

(97). — Affonso E. Taunay, *História do Café no Brasil*, volume II. Rio de Janeiro, 1939, pg. 156.

este último não chegando, até essa data, a ultrapassar 100 ou no *maximum maximorum* 150 arrobas. Nas demais áreas, então e em processo de ocupação, no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocorre o mesmo, com variável proporção entre as atividades de "engenho", isto é, de produção de açúcar, e os demais produtos. E, no quadro territorial que interessa, o único produto que implicava em equipamento e mecanismos era o açúcar, o milho, a mandioca e o arroz.

Para o fabrico de fubá é provável que nesse tempo ainda não se usasse a mó. Nesse caso todo mecanismo seria fundado na roda d'água, quer para os pilões verticais, quer para as baterias de monjolo. Tal mecanismo foi reelaborado para o café. Para socar e descascar café.

O programa, e o correspondente espaço organizado, com os fatos objetivos de observação, já foram atrás considerados. Restaria, entretanto, analisá-los em função de duas presenças significativas: o homem mineiro e o engenho de cana. Essa análise resultará mais impressiva ainda e em presença do problema do esquemático construtivo, igualmente vinculado à tradição mineira.

Como simples verificação, deve-se assinalar, desde logo, que a substancial maioria da gente que trabalhou na área do "caminho do novoda Piedade" ou é mineira ou é de alguma forma vinculada a mineiros. Com efeito, os mineiros e os homens da Corte eram os que possuíam, na época, experiência, escravaria, dinheiro e disponibilidade. Quando se considera que as duas unidades — da Fazenda Pau D'Alho e Fazenda Barreiro — tão próximas no tempo e espaço, são afinal instalações de mineiros; e quando se verifica, numa observação mais particularizada, que as duas sedes apresentam alguma solução significativamente iguais, como no caso da senzala, por exemplo, que em ambos os casos tem 11 lanços de casas, que têm ambas o mesmo esquemático construtivo (a julgar pelo resto encontrado na Fazenda Barreiro), deve-se pensar inclusive na hipótese de serem estas sedes resultado da atividade de um mesmo construtor ou mestre, trabalhando na órbita de uma família.

Algumas soluções encontradas na Fazenda Pau D'Alho são de feição mineira, sem dúvida. A saber:

- a). — embasamento de pedra e parte superior de pau a pique;
- b). — partido de "sobrado", com pavimento principal pousado no rês do chão, na parte posterior, numa cota mais elevada;
- c). — plantada a residência com todos os compartimentos voltados para o exterior, mesmo que esse exterior seja alpendrado;
- d). — adoção de prolongo no telhado da residência;



e). — cachorrument e em nível, com guarda pó, e com as extremidades das linhas e frechas ultrapassando o paramento das paredes;

f). — uso da construção contínua, com os pares de esteios funcionando com o junta s de dilatação ;

g). — aproveitamento da água para acionar os mecanismos de beneficiamento.

Todas essas soluções são, na época e na região sul do país, de clara tipicidade mineira. Mesmo o transporte com tropas de bestas, solução tão do agrado e da tradição paulistas, estava, na época, convertido em tradição mineira. E somente em Minas Gerais existia a tradição de construções abertas de meia parede para cima, destinadas a abrigar tropas. Com o ainda hoje se encontram algumas, na área urbana de cidades do vale do Jequitinhonha. Este agenciamento, que existe na Fazenda Pau D'Alho, existia em outras fazendas da região, posto que vem assinalado nos inventários, com notável frequência, pelo menos com a mesma assiduidade com que o Recenseamento de Ordenanças arrola o número de animais de carga, a o lado do número de arrobas de café produzido, do número de escravos, do número de pés de café plantados, etc.

O partido, não somente o da morada de "sobrado" e seus alpendres, se prolonga e suas divisões internas, ou a senzala formada por uma bateria de compartimentos, ou das casas de serviços com seus puxados para engenho e moinho e para a casa de escolha, ou das tuilhas e outros depósitos, ou ainda dessas unidades com o agenciamento mútuo, mas também disso tudo com a paisagem, com os regos de água e os muros divisórios, seus desníveis e seus horizontes, suas circulações e seus serviços, esse partido é, por ventura, a criação mais visível, posto que aglutina espaço e tempo, as construções e os vazios dessas construções, a mata, as plantações, a água, a distribuição e o aproveitamento das diferentes cotas, arregimentando, numa única solução global, as soluções de morar, de trabalhar e de produzir. Esse partido é que vai mudar quando alguns compromissos aí firmados vão desaparecer, cedendo lugar, nestas mesmas fazendas, a outras exigências funcionais e outras motivações.

Há um a reação saudosista e lamentar que as antigas fazendas se desfaçam sob o impacto de novos usos. Mas isso é não só inevitável com o constitui uma demonstração de que o partido delas foi correto em face de sua época, de suas condições operativas e de suas finalidades. Para as novas condições de aproveitamento e vivência, pelo menos algumas de suas partes são vulneráveis.

Alegava o proprietário da Fazenda Pau D'Alho, ao reagir contra o tombamento do seu imóvel, e o gravame de sua conservação, que

isso conflitava com as suas atuais atividades pecuárias, as quais impunham seguidas e sucessivas adaptações, e que seria exorbitante o onus da conservação de pelo menos aquilo que fora documentado pelo IPHAN em 1942. E ele estava certo, na medida em que as construções encontradas e o seu arranjo não mantinham correspondência alguma com o atual regime de trabalho. Isto é; o partido que organizou, há mais de 150 anos, um a sede cafezista, não respondeu a o programa atual de uma atividade pecuária. Muita coisa que fora necessária para o café não tinha mais utilidade para o boi.

Durante os trabalhos de levantamento de 500 antigas fazendas de café, realizado em 1973-74, além das notícias de antigos estabelecimentos rurais já desaparecidos ou em ruínas, por mim ainda na memória dos agricultores locais, e em todos os municípios percorridos, se encontraram casos de sedes em demolição, ou em projeto de demolição, ou ainda de demolição recente. Quer porque o volume das construções nela existentes representasse agora um verdadeiro elefante branco para o pecuarista, quer porque o estado de desgaste obstaculasse o seu atual aproveitamento, quer ainda porque há um natural desejo de modernização, o fato é que das antigas sedes de fazendas de café, existentes ainda na faixa de terra entre os paralelos 20° e 24°, cerca de 30 são demolidas a cada ano que passa.

Entre 1950, ano em que pretendi que o trabalho de levantamento de fazendas devesse ser feito pela Cadeira de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), e em termos de rotina de estudo e em termos de aprendizado normal de estudantes de arquitetura, entre 1950 e 1975 se passaram 25 anos e numerosas antigas fazendas desaparecera em seu que fossem previamente documentadas. Em 1950, alguns levantamentos foram executados pelos alunos da FAU e membros do GFAU, segundo indicações e orientações do IPHAN, trabalho esse que não teve seguimento porque a política de desastros que tomou conta da FAU o impediu, com prejuízo para a formação dos arquitetos e com prejuízo para o documentário arquitetônico paulista. Apesar da visibilidade clara de tal desastre, prevalece ainda a "notória ignorância" que tanto prejuízo trouxe, e que outros prepara, pois nem sempre se encontram meios, com o fio do citado levantamento, de realizar trabalhos, necessários com o pesquisa e úteis com o aprendizado.

Justifica-se, pois, a obsolescência das antigas fazendas de café e em face das mudanças que converteram a fisionomia cafezista do Vale do Paraíba num aproveitamento ral das terras desgastadas do "mar de morros" que proporcionou riqueza na primeira metade do século passado. Para os agricultores dessa zona uma nova trama viária, um novo tipo de aproveitamento do solo e um novo esquema econômico passaram a funcionar aí. Deixando de ter sentido aquela estrada que

João Ferreira de Souza comunicava ao governador da província, em 1827, esta riqueza no sertão de Mambucaba (98) para a exportação dos "seus efeitos"; bem assim deixara de ter sentido a destinação da Fazenda do Bonito, produzindo só criação e cereais, "efeitos" necessários para "tocar" o café, que este era a fonte de renda e a preocupação maior. D. Pedro I achava que era preferível comprar chá e vender café. Enquanto produzia café, e isso alcançou este século, a atividade da Fazenda Pau D'Alho girava em torno desse produto principal. Em 1875, a Fazenda cobria 480 alqueires de terra, tendo 100 alqueires com cafezais,

"70 alqueires com mata virgem e 310 alqueires de capoeirões, capoeiras e pastos. De café tinha 390 mil pés, sendo 24 mil de dois anos, 28 mil de 3 anos, 18 mil de 4 anos, 24 mil de 5 anos, 18 mil de 6 anos, 48 mil de 7 anos, 40 mil de 9 anos e 190 mil pés de café velho sem perfeito estado, que dá o café perfeitamente" (99).

Tinha 120 escravos e mais 8 indígenas, alguns desses escravos sendo

"oficiais e ofícios" (100).

Em 16 anos produzir a 518:883\$000 réis de café e 33:000\$000 réis de outros produtos, rendendo um líquido por ano de mais de 15 contos, só de café. No geral a fazenda rendeu por ano a média de 19:573\$918 réis. O valor da fazenda era então calculado em . . . . . 400:000\$000 réis (101).

Em 1857 a fazenda, funcionando a plena carga, mandava comprar no Rio de Janeiro:

— um guião completo de Damasco carmezim, galão e franja de ouro.

— uma cruz de metal para o mesmo e vera.

---

(98). — DAESP. Ofícios Diversos. Areias. cx. 13, ord. 807, pasta 2. Doc. 13-2-30.

(99). — IPHAN — 4º Distrito — Arquivo Faz. Pau D'Alho — São José do Barreiro. Economia (microfilme). Rol 3. Grupo 22. Fotografia 29 e 30. "Nota", do "Ativo e Passivo da Fazenda..."

(100). — *Idem. Ibidem.*

(101). — IPHAN — 4º Distrito. Arquivo Faz. Pau D'Alho — São José do Barreiro. Economia (microfilme). Rol 3, grupo 22, fotografia 27. "Ativo e Passivo..."

— um a caixa de folha e cadeado para a dita, provavelmente de Barreiro, vil a cujos bens tivera m sid o doado s por João F. de Souza, em 1856 (102).

Em 1859 o então o proprietário comprava do seu tio Antônio Ferreira de Souza

"uma parte de terra no lugar denominado Rodeio, fazenda Carrapato",

contíguas às terras da Pau D'Alho, da banda de Areias (103).

Em 1858, segundo o inventário feito pela morte de Maria Rosa de Jesus foi arrolado o mobiliário da fazenda e da casa da cidade (*sic*).

#### INVENTÁRIO DE JOÃO FERREIRA DE SOUZA.

1858. Queluz, cartório de 1º officio, pacote 18.

*Móveis na Fazenda:*

Uma mesa  
Uma mesa baixinha  
Tres cates de taboletes no quarto de dentro  
Uma mesa quadrada  
Uma mesa pequena velha  
Quatro cates velhos  
Dois estrados  
Um estrado pequeno velho  
Um estrado pequeno velho  
Um catre no quarto do Padre  
Uma marquesada e Cabiuna no quarto do Padre  
Uma mesa com duas gavetas no quarto do Padre  
O Oratório com todos os seus pertences  
Um oratório pequeno, com três imagens  
Uma comoda  
Uma escrivaninha  
Um armário pequeno  
Uma mesa com três gavetas  
Uma canastra velha  
Quatro caixas de pinho  
Uma cadeira de balanço  
Uma cama de Armação, forrada de taboa  
Um Relógio de parede

---

(102). — *Idem*. Recibos diversos (microfilme). Rol nº 3, grupo 20, fotografia 9.

(103). — *Idem*. Terras (microfilme). Rol nº 3, grupo 25, fotografia 2.

Um catr e velh o  
Uma marques a nov a forrad a d e taboa s  
Uma marques a nov a forrad a d e taboa s  
Um catr e d e Armaçã o  
Três catre s  
Um sof á d e palhinh a  
Uma mes a redond a  
Um Aparado r  
Vinte e quatr o cadeira s d e palhinh a  
Uma cômod a velh a  
Uma mesinh a co m dua s gaveta s  
Um catr e d e Armaçã o  
Uma marques a forrad a d e sol a  
Uma mes a d e Janta r  
Uma mes a pequen a co m dua s gaveta s  
Um armari o d e Botic a  
Nove cadeira s d e sol a  
Um banc o comprid o  
Um armari o d e louç a  
Duas caixa s grande s  
Dois tamborete s d e palhinh a

*Móveis na Caza Grande da Freguezia:*

Um sof á d e palhinh a  
Quatro Aparadore s  
Duas redoma s co m jarra s douradas , co m ñore s  
Três Manga s par a Castiça l  
Vinte e dua s cadeira s d e palhinh a  
Sete catre s  
Um catr e d e Armaçã o  
Duas mesa s  
Uma mes a pequen a  
Dois banco s  
Um banc o pequen o  
Vinte e doi s castiçai s d e casquinh a  
Dois Bule s d e Porcelana , co m lamparin a  
Uma espiriteir a d e prata , digo , e prat o

*Na casa de Joaquim Ferreira tinha os seguintes mais:*

Duas mesa s grande s iguai s  
Uma mes a pequen a  
Dois Banco s grande s iguai s  
Um banc o comprid o velh o

Um banco pequeno  
Três cadeiras e tableta (104).

Em 1860, Zebedeu Antônio Ayrosa remaneja o arranjo doméstico e manda comprar, no Rio de Janeiro, na firma

"Barbosa Castro & Cia / Armazens de Móveis Nacionais e Estrangeiros, mobília e mogno, cadeiras americanas e todas as qualidades, rotinas e colchões", na rua da Alfândega nºs 80, 82 e 85:

- um guarda-vestido e vînático
- duas dúzias de cadeiras francesas e caixão
- um cabide branco
- uma cadeira de Retrete com caixão e Mantã
- um bidê
- uma mesa elástica de 24 palmos
- uma mesa de cabeceira de mogno
- duas mesas cômodas de mogno
- dois aparadores de sala de jantar com armário e mármore
- caixões e mantãs (105),

\*

\*

\*

Com a morte de Maria Rosa Ayrosa em 16 de julho de 1882, seu marido e inventariante Zebedeu Antônio Ayrosa, arrola os móveis da fazenda:

INVENTARIO DE AIROSA, MARIA FERREIRA (1884, 71 anos, mãe de Zebedeu).

- 108 escravos e 13 indígenas; 1822 arrobas de café — um saco: preço 4\$500 — total 8:199\$000 réis
- 160.000 pés de café, 200 réis o pé
- 20.000 pés de café velhos, 150 réis o pé
- um piano
- cômodas pequenas, lavatório com espelho da cômoda grande
- um oratório com banquetas e suas pinturas e paramentos para Missa

---

(104). — Inventários, Cartório do 1º Ofício/Queluz. Pastanº 18. João Ferreira de Souza e Maria Rosa de Jesus.

(105). — IPHAN — 4º Distrito. Arq. Faz. Pa. u D'Alho — São José do Barreiro. Despesas Diversas (microfilme). Rolonº 3, grupo 27, fotografia 2.

- Vinte e quatro cadeiras de pau
- Uma mobília de sala
- Uma mobília completa para sala de jantar com guarda-louças e etage
- cinco marquezas
- uma mobília completa de quarto de homem
- um lavatório
- três mesas pequenas
- Dois relógios americanos, para a parede
- Um armário
- Uma cômoda velha
- Uma caixa grande de madeira
- Três pares de canastras de sola
- Três bacias de cobre
- Um taxo de ferro
- Duas taxas de ferro
- Duas panelas de ferro

\*

\*

\*

#### INVENTÁRIO DE MARIAROSA AIROSA (morreu em 16-6-1882).

- Um piano
- Cômodas pequenas, lavatório com espelho, cômoda grande,
- Um cama grande
- Marquezada e palhinha
- Guarda-vestidos, uma
- Um bidê para cama
- Canastras, mesa de cabiuna, cabide, cadeira de balanço, bens de folhas de flandres, uma escrevanha
- Humamezinha de costura
- Espingarda de cano, cesta de vime, um par de castiçais de metal.

Estão visíveis neste rol, as peças adquiridas por Zebedeu Antônio Ayrosa no Rio de Janeiro, em 1860 (106).

Zebedeu Antônio Ayrosa ficou morando em Petrópolis de 1878 a 1879 (107). Dessa época data uma tentativa que fez, para condu-

---

(106). — Inventários. Cartório do 1º ofício/Banana I (documentário São José do Barreiro). Maço 33. Mariarosa Ayrosa.

(107). — IHAN — 4º Distrito. Arquivo Faz. Pau d'Alho — São José do Barreiro (microfilme). Rol 3. Grupo 22. Fotografia 49.

zir seus negócios : um a sociedade com sua mãe Mari a Ayrosa (108 ) (1876-1882) e um ajuste com seu administrador Antônio Vitor da Silva Braga:

"no fim de 10 anos contados da data do nosso tratado prestado sua Pessoa um Boa administração da fazenda ; lhe dou a escolher; receber com o remuneração de seus serviços a quantia de Dez Contos de Réis. . . . fica com a fazenda , que lhe a venderei nessa época da forma seguinte... " (109) .

Este ajuste deixou um rastro duro no rascunho de uma carta de Zebedeu a Silva Braga :

"Há um dictado que diz que me avis a meu amigo hé , at é agora Vosmec é tem varado se me maior dificuldade ; pod e te r vivido na minha s costas , que o te m livrado de responsabilidade , mas agora te m que se e have r só , por r infelicidade sua , e minha , pode acontecer que e seja m tae s os prejuízos , por falta de boa determinação, que me e obrigue m a volta r para a toma r conta da fazenda; pore m se isto acontecer , o que Deo s ta l não o permit a — façõ-lhe vê r que não e i de se reu só o prejudicado... " (110) .

Desse período tambem surgem nos papeis da fazenda anotações de interesse, com as disposições para o andamento da lavoura (1-6-78) :

"Todos os anos no mes de Julho deve se dar principio a cavar cafezais para a planta r milho , com m empregadores... " (111) .

O livro de apontamentos é extenso e minucioso, seu índice dá uma medida desse cuidado (112) .

Foi esse tempo de grandes problemas , de grandes conquistas , e de grandes acontecimentos. A estrada de ferro, a abolição da escravidão, a República . A produção da Fazenda Pau D'Alho não andava bem. Em agosto de 1878 Zebedeu Ayrosa escreve para o seu comissário Lengruher, no Rio de Janeiro:

"em setembro próximo é que deverá principiar a exportação de minha pequena safra de café , mesmo assim , se o preço estiver muito baixo , ser á preciso demora r para a mais tarde " (113) .

---

(108). — *Idem. Ibidem*, fotografia s 72 e 73 .

(109). — *Idem. Ibidem*, fotografia 44 (ano 1876) .

(110). — *Idem. Ibidem*, fotografia 69 (ano 1879) .

(111). — *Idem. Ibidem*, fotografia 63 (ano 1878) .

(112). — *Idem. Ibidem*, fotografia 34 e 38 , s/data (1875?) .

(113). — *Idem. Finanças* (microfilme) . Rol o n ° 3 , grup o 23 , fot . 17 .



Antes de Lengruber, Zebedeu trafegava com a casa comerciária de seu tio, Barão de Sapucaia (114).

Noutra carta a o mesmo Lengruber ele confessa:

"A minha lavoura é limitada, colho pouco café, e por este lado julgo bem pouco merecimento ter" (115).

Mas o pior ainda estava por vir. Afinal, em 1888, abolida a escravidão, Zebedeu se sente, com o todos os fazendeiros de café, ferido e agastado. Mas é realista, tem fibra e caráter e não se dobra:

"... Para os grandes males, grandes remédios. Do dia 13 de Maio em diante paga-se aos trabalhadores que houverem na fazenda nas condições seguintes..."

e aí vem um desabafo e a dureza:

"Para combater um grande corte que e sofre na lavoura; dass e outro corte".

Por exemplo:

"nãos e pode ter na fazenda mais de 60 pessoas (entre homens e mulheres)"

ou ainda:

"Quem paga é quem assiste o direito de impor condições" (116).

Estava arrebrandando o esquema que organizar a cafeicultura nas terras do Vale do Paraíba. O sol já estava decapitado, e no horizonte, o petisco aflorando nas encostas lavadas e já sem *humus*, a força de trabalho debandando para as zonas novas, no oeste de São Paulo, ainda ricas de oportunidades.

O privilégio da geografia favorável, que valorizar as terras do Vale, pela sua proximidade da Corte, e pela sua proximidade do Mar, fora superado pela estrada de Ferro, a qual, arredando-o, no oeste do Estado, colocara à disposição dos plantadores vastas e sucessivas faixas de terras virgens, ainda estuantes de *humus*. O convênio de Taubaté,

---

(114). — *Idem. Ibidem*, fotografia 14 e 15 (ano 1878).

(115). — *Idem. Ibidem*, fotografia 15.

(116). — *Idem*. Economia (microfilme). Rol nº 3, grupo 22, fotografia 85 e 91. (1888?).

de 1905, foi a última tentativa de salvar o café do vale. Nesta altura, porém, ajudado especialmente pela ferrovia, o pioneirismo campeava nas pontas dos trilhos, na Mogiana, na Paulista, na Sorocabana, avançando para o lado do Oeste, com novas fazendas e novas cidades.

\*

\*            \*

## RESTAURAÇÃO.

Quando o 4º Distrito do IPHAN iniciou a restauração da Fazenda Pau D'Alho, a mesma ainda não fora apropriada pelo IBC, mas o início das obras considero — e com acerto — que tal atitude convenceria, como convenceu, o IBC a aceitar a idéia que lhe era proposta.

O início das obras coincidiu com o fechamento das comportas do reservatório do Funil e da inundação de uma grande parte da área onde se encontravam numerosas fazendas antigas, de cuja demolição se obteve algum material para as obras e mesmo peças de interesse documental. O mais importante dessa coincidência foi o alerta sobre a situação de disponibilidade do material dos edifícios desapropriados e que estavam na área de inundação desse reservatório. Isso serviu como ponto de partida para contatos com o DAEE, que preparava, no momento, um processo de desapropriação para o reservatório de Paraitinga-Parai-buna. Um ajuste entre o IPHAN e o DAEE proporcionou ao IPHAN, entre outras coisas, cerca de 50.000 telhas destinadas aos trabalhos de restauração da Fazenda Pau D'Alho. A obtenção deste material seria, de outra forma, praticamente inviável, dada o volume das obras e a execução na citada fazenda (2.460 m<sup>2</sup>) e o estado de extrema ruína em que foi encontrado o monumento. Tal solução, para obter as telhas necessárias não foi, com o poder parecer a um olhar distraído, um problema simplesmente financeiro, posto que a coleta e o transporte dessas telhas representou um ônus, e não pequeno. O principal foi que veio resolver um problema real e incômodo, dado o alto número de peças necessárias. A alternativa de aproveitar telhas velhas para capa e usar nos canais telhas novas, mandadas para isso fabricar — saída essa utilizada noutro monumento em restauração, a Fábrica de Armas Brancas no conjunto da Antiga Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema — é aceitável, mas não arreda o incômodo de procurar, aqui e ali, 1.000, 500, 200 ou às vezes 100 telhas, a o sabor das demolições e a o azar de material nem sempre bom.

Outro problema grave da restauração em pauta, foi o da madeira, onde a bitola especial exigida pela obra e a qualidade da madeira, soalho de sucupira, por exemplo, constituía um fator de encarecimento exorbitante. Essa madeira necessária foi obtida no sul da Bahia,

no próprio local de desmonte dos mato se, apesar das dificuldades do transporte e de comercialização, por um preço bastante razoável. Para o seu beneficiamento foi necessário montar uma oficina no próprio canteiro de obras, para o que o IPHAN contou com a valiosa colaboração da CESP, que executou uma extensão de energia de São José do Barreiro até a Fazenda. Algumas das máquinas agora em operação, eram do parque da Bocaina, e foram especialmente cedidas e recuperadas para o trabalho em pauta.

A prefeitura de São José do Barreiro, não começou medrosamente (falta de confiança na execução do trabalho), porém depois com mais vigor, colabora com razoável eficiência.

A restauração consistiu essencialmente no remanejamento das partes ainda existentes, porém ameaçando ruína. O telhado teve que ser praticamente recomposto na sua totalidade, posto que a sua estrutura estava tomada pelo cupim. As paredes de pau a pique, que se assentam sobre baldrame apoiados no embasamento de pedra, tiveram que ser refeitas. Nas partes que haviam sido demolidas, foram encontrados testemunhos suficientes para o estudo da sua recomposição.

Alguns problemas surgiram, e no próprio local foram encontrados elementos para sua solução. Dois exemplos esclarecem esta questão: a morada principal e o equipamento de trabalho.

Na morada principal, edifício de 4 lanços, as divisões estavam bastante mudadas por reformas recentes, que haviam provido a residência com soalho novo. Além disso, os 3 primitivos alpendres estavam fechados. Quanto ao problema dos alpendres foi fácil verificar que o seu fechamento, embora obra posterior à edificação inicial, era bastante antigo. A saber: o alpendre de acesso fechado com janelas de guilhotina, apresentava as peças do guarda-corpo e do baldrame com as marcas dos balaustres da solução primitiva; na face lateral direita foram encontradas igualmente marcas de balaustres e esteios oitavados com encaixe para guarda-corpo. E mais, para esse alpendre se voltava primitivamente a capela, de cuja entrada, agora entaipada, os portais haviam permanecido no local. O que houve na realidade, foi como já disse, muito simples: o projeto dessa residência veio pronto de um a outra experiência, certa e mineira. As chuvas ventadas, que na região de São José do Barreiro são particularmente violentas, varria em esses alpendres esparramando água através do assoalho, atingindo o "sobrado" inferior. Para o alpendre de acesso, J. F. de Souza acolheu a solução de guilhotina, mas para o outro optou por fechar o com paredes e janelas, transferindo a entrada da capela para o alpendre de acesso. A julgar pelo estado das peças de madeira destes dois agenciamentos, o seu fechamento deve ser ocorri-

do nos primeiros anos de uso desta residência. Em certo ponto, junto à escadaria de acesso, o s balaustres foram encontrados no lugar primitivo, fazendo parte da parede de pa u a pique, executada no fechamento da área. O terceiro alpendre, na parte posterior da residência, voltado para o terreiro, sofreu modificação mais violenta e numa época bem mais recente: se u pis o fo i remanejado para receber soalho. Uma indicação segura de que este espaço era aberto, está na janela de dois dormitórios, que se abre para ele.

A restauração acolheu as modificações introduzidas nos dois primeiros alpendres citados. De outra forma o edifício restaurado se defrontaria novamente com o problema da chuva ventada.

O equipamento de trabalho consta de duas unidades bem distintas. A primeira é uma bateria de pilões acionada por roda d'água. As peças primitivas destes mecanismos, a posição da parte de alvenaria de pedra e cantaria, e a disposição destes elementos, foram os dados disponíveis para a sua interpretação e para os estudos de complementação dess e conjunt o d e peças. Na verdade, foi indispensável um trabalho a pesquisa e m maquinário s dest e tipo, ainda e m funcionamento (na região de Minas Gerais) para que se pudesse chegar, com a indispensável segurança, a uma solução satisfatória, obediente aos "restos" encontrados, desde a bitola das paredes até os detalhes da parte dos mecanismos encontrados.

Dada a importância, na sede da Fazenda Pa u D'Alho, do equipamento movido a água — importância delatada pela excelência técnica dos canais e soluções que visavam o aproveitamento da força motriz produzida pela água, essa pesquisa se concentrou em dois itens: bateria de pilões (cujos restos foram encontrados) e bateria de molinos. Ambas as soluções são hoje relativamente raras. Alguns exemplos foram, porém, encontradas, e em pleno uso. Na região de Conselheiro Lafaiete (fazenda das chácaras) foi localizada um equipamento dess e tipo, inclusiv e contendo certo grau de sofisticação. Os pilões são erguidos por unha s fixadas no prolongamento do eixo da roda d'água. Neste caso, antes que a unha largue, não se u movimento, o pilão, uma outra unha o apanha a meia altura e o levanta mais. Caíndo de mais alto o choque é naturalmente maior. O choque maior, no caso da bateria da Pa u D'Alho, era obtido pela fixação de peso no próprio pilão (117).

---

(117), — Vários inventários da região (Bananal) arrolam a bateria de pilões. U m d e 1836, de Domiciana Maria da Conceição, na fazenda Bo a Vista, é arrolada a "fabrica d e Engenh o d e soca r caffè, co m u m reg o d'água". N o inventário do proprietário da fazenda Cascata, de 1869, se declara "caza d e engenho co m roda d'água, pilões e maquina Lidgewood". N o inventário da Baroneza de Bela Vista, de 1873, se declara "sete lanços de tulha, assoalhadas, inclusive do engenho de soca r caffè". Estes inventários, de Bananal, estão no o l °

Ao final dos estudos, um modelo reduzido serviu para confirmar a interpretação feita. A roda d'água, que movimentava esta bateria, é alimentada por um canal, meio aberto, meio subterrâneo. Em nível mais baixo, e paralelo ao primeiro, outro canal vai alimentar o segundo conjunto de mecanismos, servindo igualmente para receber as águas do canal mais elevado, depois de acionar a roda d'água. Certamente a í estava localizada nos moinhos e monjolos de que falamos nos inventários. E certamente esta foi a primeira instalação de mecanismos mandada fazer por João Ferreira de Souza. A í estaria em um engenho de cana que produziu aquele s 50 barris de aguardente de que fala o Recenseamento e Ordenança de 1822, pois enquanto o café era plantado e crescia, era necessário produzir alguma coisa.

O local dessa última instalação foi remanejado várias vezes com o correr dos anos, inclusive com a instalação aí, em dois lugares diferentes e sucessivos, de dois moinhos de fubá a mó, um com pedras das Ilhas, outra com pedras do país (118).

Dois coisas são certas, a roda dentada que se encontrou, desmontada, no porão da casa principal, destinada a transferir a rotação horizontal para rotação vertical do engenho de cana, e os monjolos que não foram encontrados. De qualquer modo, nesta parte da sede esses dois mecanismos existiam. Alternativa acolhida foi a de recompor o engenho de cana e instalar no local dos monjolos um mecanismo proveniente da zona de Natividade e da Serra (No inventário de Maria Gonçalves Pena, de 1856, existente no Juízo de Orfãos de Bananal, se declara

"Hum monjol de trez mãos, com caçadeira e telha, assoalhada, hum abanador de caffè, com roda d'água, e rego",

onde funcionava até a época da desapropriação aí feita pelo DAEE, para construção do reservatório Paraitinga-Paraibuna. Estes monjolos são acionados por roda d'água. O demais de mecanismo de interesse, já encontrados, com a bateria de pilões de almanjarra, serão colocados na antiga casa de tropas, com o amostragem museológica.

É problemático também o arranjo museológico e a organização e amostragem daquelas peças, que interessando à história do café, não procedem especificamente da fazenda Pau D'Alho.

---

ofício civil e no Juízo de Orfãos da Vila de Bananal. Existe outro exemplo iguais ou equivalentes. Embora a possibilidade de Eschweg e ter influido na decisão não o aproveitamento da bateria de pilões para a socagem de minério (Af. Taunay, *Viagens na Capitania das Minas Gerais*. São Paulo, 1945, pg. 10) trazendo para a lavoura uma experiência medieval, (*History of Technology*, vol. II, Oxford) é pouco provável que tenha sido o introduzido deste mecanismo. A roda d'água era a solução já aqui experimentada e provada, de longa data.

(118). — São Luiz do Paraitinga. Condephaat — São Paulo, 1975.

A fim de que, ainda não totalmente repovoada e suas alfaias, esta fazenda cafezista não fique vazia, se pretende que o seu arranjo museológico se valha, de uma parte, de peças tomadas por empréstimo, e de outra, que seja vitalizada pelas informações contidas no seu Centro de Estudos e nas suas exposições periódicas.



### *O PROJETO DE APROVEITAMENTO.*

Algumas preliminares importantes justificam a idéia de aproveitar a sede da Fazenda Pau D'Alho para a instalação do Museu Nacional do Café.

Em primeiro lugar, a condição, principalíssima, de ser esta Fazenda, senão a primeira — que não é possível e nem pertinente saber se foi realmente a primeira, numa espécie de competição sem sentido — pelo menos uma das mais antigas fazendas de monocultura do café.

A fazenda que Lecesne montou em Jacarepaguá, e que teria também a finalidade de produzir café, não seria, em termos de estilo — estilo de exploração econômica e estilo de compleição edificatória — o mesmo que fez carreira no ciclo do café. A sede da fazenda Pau D'Alho não só tem essa última condição, como o sentido pioneiro de ocupação territorial, associado ao café desde a primeira época de seu cultivo como produção tipo colonial.

Em segundo lugar, uma coincidência resultante de outra: um Museu Nacional do Café deve estar localizado num ponto junto aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três unidades da Federação que mais se distinguiram na sua produção e nas quais foi mais sentida, diretamente, a influência deste ciclo econômico.

Em terceiro lugar, *last but not least*, a qualidade do projeto da sede da fazenda Pau D'Alho, exemplar "clássico" no sentido de conter, em substância, todas as soluções que fizeram carreira, com variantes condicionadas a zonas e épocas, nestes 150 anos de economia cafezista.

Tais qualificações deste monumento lhe conferem vantagens que outras fazendas, por ventura mais ricas, como a Santa Clara (Município de Santa Rita do Jacutinga, Minas Gerais), ou mais volumosas, como a Pau Grande, no Rio de Janeiro, poderia disputar-lhe e em função dessas virtudes, porém nunca com o produto mais complexo de valor específico. Do ponto de vista plástico, razão definitiva com o acontecimento de arquitetura, raramente se encontra um exemplar tão racionalmente projetado, tão logicamente executado e de tantos resultados favoráveis.

A forma desse Museu, se afastando do convencionalismo de depósito de coisas velhas, pode-se converter na condição primeira de sua validade. De fato, é possível e até conveniente repovoar os espaços restaurados com peças que rememorem a sua função primitiva — caso da casa de morada — ou aproveitá-los para apresentar uma amostragem condigna de equipamento de trabalho — como da casa de tropa — ou ainda ocupá-los com objetos que dizem respeito às antigas fazendas de café — caso de outras partes do conjunto edificado — como a Casa dos Carros, por exemplo, ou da Tenda de Ferreiro. Paralelamente a esta intenção, que é legítima mas não exauriente a idéia do Museu, casa das Musas, lugar de estudo, será necessário prover lugar e meios de conhecimento. A antiga senzala é o espaço mais indicado para esta parte fundamental do Museu do Café. Essa senzala é formada por uma longa construção, de onze lanços contínuos, desenvolvida ao longo de uma plataforma colocada a cavaleiro do terreiro e das demais construções. A idéia é localizar aí o Centro de Estudo sobre o Café, centro esse com base fundamental em microfilmes de todo o documentário sobre o café, esteja o seu original onde estiver, no país ou fora dele, e seja de quem for, do poder do público ou particular. Inicialmente, para começo desse acervo, há que microfilmar todos os documentos que tratam das fazendas de café, nos arquivos oficiais, cartórios, Prefeituras, Estados e União, ou das cidades formadas em função do café, como é o caso de Barreiro, Areias, Bananal, por exemplo, ou Vassouras. Um a medida de extensão potencial deste documentário pode ser dada pelo fato de cerca de 90 % das cidades do Estado de São Paulo serem formadas sob o signo do café. Somente de Bananal, existem mais de 40.000 documentos, só de avulsos, a microfilmar. O trabalho de microfilmagem dos documentos de São Luiz do Paraitinga, já iniciado, diz respeito à vida da cidade, sua formação e problemas (118).

Documentos manuscritos sobre a fazenda de café, existem aos milhares e se perdem facilmente. É trabalho urgente a sua microfilmagem e organização. Mesmo sobre a própria fazenda Pau D'Alho, papéis guardados carinhosamente pela família, foram encontrados, e contêm documentos do mais vivo interesse sobre os problemas da fazenda, e cobrem um espaço de mais de um século. Tratam de compras de móveis e alfaias no Rio de Janeiro, conselhos sobre como deveria ser conduzida a vida de trabalho, antes e depois da abolição da escravatura, ajustes e contratos, etc.

Sem a audiência desse documentário — o que quer dizer a sua reunião e organização — não é possível pensar no estudo do café, senão numa forma provisória e algo precária. Algumas monografias — valiosas por vezes, têm sido elaboradas e são roteiros interessantes a seguir. Mas o grosso do trabalho ainda está por fazer.

A melhor maneira de encarar este problema é utilizar meios modernos para superar o desgast e infinito que representa catarrum do documento aqui, outro ali, sem sistemática e ao sabor dos azares de pesquisas pessoais trabalhosíssimas. O microfilme representa, na verdade, a saída moderna para esse problema, de maneira que se afigura o jeito possível e econômico de reunir informações que se encontram esparsas e por isso dificilmente abordáveis, num bloco único e em condições admissíveis e viáveis para a consulta. Muito se tem falado e mbande informações. Essa será a não apenas um banco de informações sobre o café, posto à disposição dos interessados e estudiosos, numa forma e ambiente adequados, posto que a o seu lado encontrarão os "restos" e testemunhos que participaram da aventura do café na vida brasileira.

Para conseguir este objetivo, deve oferecer-se o documento um suporte psicológico, algumas iniciativas devem ser tomadas. De um modo geral, o documento escrito detém uma algidez que repugna ao homem ou torna-o viciado, ausente e de compreensão humana, tornando-o, por contaminação, um algido.

Isso leva a conjecturar que a reunião de documentos, de "restos" e de testemunhos, num ambiente que é por si mesmo um documento, um resto e um testemunho, constituirá um meio válido para propiciar o seu exame e mantê-lo amarrado ao acontecimento que o originou.

A extensa construção que constitui a senzala conservará seu aspecto externo intacto, mas seu interior será distribuído de outra forma. Um dos onze lançamentos será convertido em um apartamento destinado a pesquisadores, outro será uma sala microclimatizada, reservada à guarda e manipulação dos microfilmes, cujo número poderá subir facilmente a dezenas de milhões. Até a data de sua inauguração o Museu Nacional do Café deverá apresentar cerca de 20.000 microfilmes, e terá uma capacidade anual, depois de inaugurado, de realizar e reunir cerca de 40.000 microfilmes. Dentro de 5 anos o Museu deverá contar com um acervo de mais de 200.000 microfilmes, o que vale dizer, a soma mais alta de documentos concentrados num só ponto e local, e de um só assunto, jamais posto à disposição dos estudiosos nacionais. Esse número pode ser facilmente superado pelo próprio "embalo" do projeto, desde que se realize as previsões já bastante firmadas. A saber: obtenção de um *Japônica*, para realizar o trabalho itinerante de microfilmagem, a ser fornecida pelo IPHAN, e a aparelhagem de leitura de microfilmes, já prometida pelo UNESCO.

Além de fornecer tal aparelhagem, a UNESCO já encaminhou o compromisso de uma bolsa de estudos para um especialista brasileiro percorrer os países grandes produtores de café, com a finalidade de colher informações, localizar fontes de documentos e estabelecer con-



tactos necessários, bem como fazer levantamentos sumários de diferentes estilos de produção de café e de sedes de fazendas de café.

A parte científica não deve ser negligenciada no conjunto do programa de documentação a ser reunido: pedologia, climatologia, quadros ecológicos, biologia vegetal, etc., são itens que devem ser municiados com informações e documentário. É possível, pois, que o Museu Nacional do Café seja complementado no futuro, com uma estação de pesquisa ecológica, especialmente voltada para os problemas do solo, de clima e ecologia do Vale do Paraíba.

As "aberturas" que em uma colocação deste tipo de Museu podem oferecer são inúmeras e de larga repercussão. O que parece indispensável, entretanto, para evitar que a iniciativa fique confinada ao plano da curiosidade e destituída de interesse científico, é evitar que o estudo se distancie do fenômeno. Uma dinâmica acoplada de ambos, ao contrário, deve ser conseguida de alguma forma. A forma preliminar viável é a realização, no próprio ambiente do Museu, nos setores e gomos ou lanços intermediários (nos dois lanços extremos deve haver um a biblioteca e um laboratório), duas exposições anuais de assunto relacionado com a história do café no Brasil. Exemplo: exposição de arquitetura rural do café, arquitetura urbana do café, retratos antigos de cafezistas importantes, equipamentos domésticos da fazenda de café, mobiliário do café, literatura do café, gravuras do café, fotografia do café, etc., etc.. A programação inicial, para 5 anos, deve constar, para cada item, de duas exposições: uma preliminar, e outra mais completa, alguns anos depois. Por exemplo: gravura do café I, será uma exposição índice, destinada a preparar uma exposição mais completa, de gravuras do café, a ser realizada alguns anos depois. Acredita-se que esta segunda etapa possa superar a primeira mostra.

A realização de cursos especiais sobre a matéria que diz respeito à economia do café, inclusive principalmente cursos de férias e nível de pós-graduação, constitui igualmente uma possibilidade de utilizar o Museu Nacional do Café. Usou-se de propósito a palavra utilizar, pois a intenção que preside todo o projeto é de convertê-lo em objeto de uso e desfrute. De usá-lo com o local e fonte de estudo, e desfrutá-lo para o turismo de dupla finalidade, de recreio e de dar ao brasileiro oportunidade de conhecer melhor os 150 anos de vida nacional que estiveram de alguma forma influenciados pela economia do café, tanto na região do Vale do Paraíba com o nascentes das regiões do Estado do País.

Esta iniciativa do Museu Nacional do Café não impede nem obstaculiza a formação de Museus Regionais, para a escolha de cuja sede

des a pesquisa das antigas fazendas de café é uma preliminar de importância. E também não o obstáculo que museus referentes a outros ciclos econômicos (açúcar, pecuária, etc.) tomam a direção tendente a convertê-lo também em Centros de Estudo, marcando a sua contemporaneidade e superando a doença do museu parado, imóvel, mofo e . . . inútil.